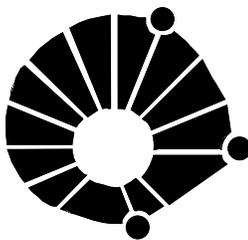


TEXTOS NEPO 26

MIGRAÇÃO EM SÃO PAULO
= 4 =

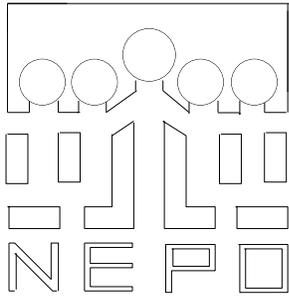
**REGIÃO DE GOVERNO DE SÃO JOSÉ
DOS CAMPOS**
Cláudia Antico
José Luís Leal

REGIÃO DE GOVERNO DE MARÍLIA
Marta Rovey Souza
Rosana Baeninger



UNICAMP

NÚCLEO DE ESTUDOS DE POPULAÇÃO – NEPO
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS – UNICAMP
julho, 2016



Núcleo de Estudos de População - NEPO
Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP
Caixa Postal 6166 - CEP: 13.081
Campinas, SP - BRASIL

REITOR

Carlos Alberto Vogt

COORDENADOR GERAL DA UNIVERSIDADE

José Martins Filho

PRÓ-REITOR DE GRADUAÇÃO

Adalberto Buono Maurizio Sacchi Bassi

PRÓ-REITOR DE PÓS-GRADUAÇÃO

José Dias Sobrinho

PRÓ-REITOR DE PESQUISA

Armando Turtelli Junior

PRÓ-REITOR DE DESENVOLVIMENTO UNIVERSITÁRIO

Carlos Eduardo do Nascimento Gonçalves

PRÓ-REITOR DE EXTENSÃO E ASSUNTOS COMUNITÁRIOS

Cesar Francisco Ciacco

COORDENADORA DO NÚCLEO DE ESTUDOS DE POPULAÇÃO

Elza Berquó

FICHA CATALOGRÁFICA

Antico, Cláudia.

Região de Governo de São José dos Campos/ Cláudia Antico; João Luis Leal. - Campinas: UNICAMP, Núcleo de Estudos de População, 1993.

(Migração em São Paulo, 4. Textos Nepo, 26)

Publicado com: Região de Governo de Marília/Marta Roverly Souza. Rosana Baeninger.

1. Migração Interna - São José dos Campos. 2. Urbanização - São José dos Campos. 3. Migração Interna - Marília. 4. Urbanização - Marília. I. Leal, João Luis. II. Souza, Marta Roverly. III. Baeninger, Rosana. IV. Título. V. Série

ÍNDICE PARA CATÁLOGO SISTEMÁTICO

1. Migração Interna 301.32

2. Urbanização 301.32

REGIÃO DE GOVERNO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
Cláudia Antico
João Luiz Leal

REGIÃO DE GOVERNO DE MARÍLIA
Marta Rovey Souza
Rosana Baeninger

TEXTOS NEPO

Responsável: Maria Silvia C. Beozzo Bassanezi

Apoio Técnico

Setor de Informática: Maria Aparecida Vaz Gama Correia

Setor de Documentação: Lana Mara Fernandes de Menezes

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	6
REGIÃO DE GOVERNO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS.....	7
REGIÃO DE GOVERNO MARÍLIA	43

APRESENTAÇÃO

Esta série de publicações deriva de pesquisas que se propõem estudar os movimentos migratórios no Estado de São Paulo, referindo-os tanto aos processos mais globais que ocorrem na sociedade brasileira, como àqueles relacionados à dinâmica do Estado.

Através de dados censitários, de outros dados secundários relevantes e de visitas a campo busca-se compreender a dinâmica demográfica enquanto decorrência de processos de inserção da população nas atividades econômicas e das ações de políticas sociais; processos espacializados e constituintes de polos regionais e áreas metropolitanas emergentes.

Pretende-se que a metodologia adotada referente as hipóteses das projeções populacionais para o Estado de São Paulo, na medida em que os estudos de situações concretas possam subsidiar as hipóteses sobre as tendências da dinâmica demográfica, e particularmente da migração que constitui a dimensão mais complexa na elaboração dessas projeções.

Assim sendo, a série **Migração em São Paulo** traz ao debate os resultados dos estudos realizados nas diferentes regiões que compõem o Estado de São Paulo, constituindo uma análise regional realizada basicamente a partir de dados censitários - inclusive os primeiros resultados do Censo Demográfico de 1991 - e estatísticas vitais, buscando traçar a evolução específica de cada área; além disso, tal análise se beneficia de informações obtidas junto a organismos institucionais locais com o objetivo de completá-la mediante a percepção dos agentes sobre as implicações dos movimentos migratórios no âmbito regional e local. Essa percepção também é considerada sob a ótica dos próprios migrantes, selecionados de acordo com o tempo de residência, a inserção na atividade econômica e o tipo de trajetória realizada a fim de reconstruir o leque de situações e de alternativas que influencia a decisão de migrar.

Esses primeiros resultados constituem, na verdade, uma etapa importante de pesquisa, na medida em que fornecem subsídios para seu prosseguimento; essa análise inicial está fundamentando as hipóteses norteadoras de etapas de levantamento domiciliar amostral que se pretende realizar neste ano.

REGIÃO DE GOVERNO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

Cláudia Antico*
João Luiz Leal**



* Mestranda em Sociologia no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - IFCH/UNICAMP

** Bolsista de Iniciação Científica do CNPq na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo-PUC/SP.

EQUIPE

Coordenadora

Neide L. Patarra

Coordenadora-Adjunta

Lúcia M. Machado Bógus

Coordenadora da Região de Governo de São José dos Campos

Cláudia Antico

Estagiários

João Luiz Leal (CNPq)

Josefa Alexandrina da Silva (CNPq)

Apoio Computacional

Vanessa Bento Cabral (CNPq)

Renato Sbizzera (FAPESP)

RESUMO

A Região de Governo de São José dos Campos apresenta características bastante peculiares em relação às demais regiões do Estado de São Paulo. Localizada no Vale do Paraíba, experimentou, já no século passado, momentos de expressivo crescimento populacional e econômico, em função do desenvolvimento do café escravista. A decadência dessa atividade agrícola na Região trouxe novas feições a área. Depois de passar por um longo período de baixas expectativas econômicas e demográficas, a partir de 1950 a Região começou a deslanchar seu parque industrial, consolidando-o nos anos 70. Nesse período, a Região passou a se constituir em um dos eixos da desconcentração industrial da Região Metropolitana de São Paulo, o que contribuiu para o direcionamento de fluxos migratórios para a área. A crise dos anos 80, e do início dos 90, tem afetado de maneira incisiva a Região, refletindo-se no aumento do número de desempregados e na deterioração das condições de vida da população.

ABSTRACT

The Região de Governo de São José dos Campos locates in the Vale do Paraíba. It experienced, during last century, periods of impressive economical development and population increase caused by the exploitation of the coffee culture which used slave labor. The decline of this agricultural activity brought a new aspect to the region. Since 1950, the region has been developing its industrial site that was consolidated in the 70's. During this period the region turned out to be a area of industrial concentration.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
ASPECTOS DEMOGRÁFICOS.....	12
Evolução da População - 1940/1991	12
PESQUISA DE CAMPO	19
Aspectos Metodológicos.....	20
Município de São José dos Campos.....	21
Município de Jacareí.....	28
Município de Caçapava	30
Município de Santa Branca	34
Município de Monteiro Lobato.....	36
CONSIDERAÇÕES FINAIS	38
REFERÊNCIAS.....	40
ANEXOS I.....	41
ANEXOS II.....	42

INTRODUÇÃO

O início da ocupação da Região do Vale do Paraíba ocorreu no século XVII, constituindo-se em uma das áreas de povoamento mais antigas do Estado de São Paulo. Esta ocupação foi beneficiada, principalmente, pela sua posição geográfica, transformando-se em uma área de passagem entre São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais.

No século XIX, a expansão da lavoura cafeeira, sustentada pelo trabalho escravo, cujo apogeu ocorreu entre 1854 e 1886, trouxe consigo acentuado ritmo de crescimento populacional, que acompanhou de perto o enriquecimento desta região.

Em fins daquele século e início deste, as repetidas crises decorrentes da abolição da escravatura, do próprio esgotamento do solo e da transferência do eixo da cafeicultura para terras mais férteis do Estado de São Paulo foram fatores que caracterizaram um período de decadência para as cidades tradicionais do Vale do Paraíba. As áreas rurais passaram a ser ocupadas por uma pecuária leiteira e uma agricultura de baixa produtividade.

Poucas cidades, nesse período, puderam manter seus níveis populacionais. Em geral, apenas aquelas que se situavam nas proximidades dos principais polos econômicos, caracterizando-se como pontos de interligação, foram capazes de diferenciar suas funções urbanas, dando início a uma incipiente atividade industrial. Data desta época a instalação da Tecelagem Parahyba (em 1925, no Município São José dos Campos), beneficiando-se da proximidade com a via férrea.

A inauguração da via Dutra, que liga São Paulo ao Rio de Janeiro, intensificou a localização privilegiada da Região na articulação dos principais centros metropolitanos do País, constituindo-se em um espaço estratégico para a expansão do setor industrial, além de influenciar significativamente a aceleração do processo de urbanização dos municípios situados nesse eixo. Observa-se que apenas alguns municípios desta Região de Governo (RG) apresentaram um grande desenvolvimento industrial, em especial aqueles localizados próximos a Região Metropolitana de São Paulo e ao longo da via Dutra, enquanto os demais passaram por um processo de estagnação. Conseqüentemente, o crescimento populacional da Região ocorreu de forma diferenciada, assim como o seu processo de industrialização.

O Município de São José dos Campos, a partir da década de 50, passou a sediar várias indústrias de grande porte, como Johnson & Johnson (1953); Ericsson (1954); General Motors (1959); Alpargatas (1960); Amplimatic e Matarazzo (1964); Avibrás (1965); Embraer (1969); National (1970); Kodak (1972); Phillips, Hitachi e Engesa (1973); Monsanto (1975), dentre outras. Além da montagem de um dos mais

importantes centros de desenvolvimento tecnológico do País, através de iniciativas governamentais, no setor aeronáutico (CTA - Centro Técnico Aeroespacial, em 1950) e, mais recentemente, no refino do petróleo (Refinaria Henrique Lage, em 1980).

Esse acelerado ritmo de crescimento industrial incentivou, portanto, o processo de urbanização da Região, contribuindo para profundas transformações econômicas, sociais e demográficas. Avançando basicamente ao longo da Via Dutra, esta ocupação industrial levou alguns municípios, como São José dos Campos, Jacareí e Caçapava a atingirem elevados graus de urbanização e a responderem por expressiva parcela do contingente populacional da área.

ASPECTOS DEMOGRÁFICOS

Evolução da População - 1940/1991

No período entre 1940 e 1991 a população total da Região de Governo de São José dos Campos apresentou um ritmo de crescimento expressivo, passando de 102.504 habitantes, em 1940, para 709.874, em 1991. O incremento populacional absoluto nesse período foi, portanto, de 607.370 habitantes, o que significou um aumento populacional expressivo durante os últimos cinquenta anos (Tabela 1).

Em 1940, a RG de São José dos Campos representava 1,43% do total da população do Estado de São Paulo. Essa participação apresentou ligeiros decréscimos entre 1940/1960; retomando, a partir de então, índices mais elevados, chegou a representar 2,25% da população estadual em 1991.

TABELA 1 – Evolução da população total, urbana e rural - Estado de São Paulo e RG de São José dos Campos - 1940/1991

ANOS	POPULAÇÃO TOTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO	POPULAÇÃO RG de SÃO JOSÉ DOS CAMPOS			DISTRIB. RELATIVA REGIÃO/ESTADO (%)
		TOTAL	URBANA	RURAL	
1940	7.180.316	102.504	37.300	65.204	1,43
1950	9.134.423	122.541	56.786	65.755	1,34
1960	12.829.806	168.680	99.469	69.211	1,31
1970	17.771.948	270.659	215.945	54.714	1,52
1980	25.040.712	487.156	446.040	41.116	1,97
1991	31.546.473	709.874	661.945	47.929	2,25

Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1940 a 1980. Resultados Preliminares do Censo Demográfico de 1991.

A evolução da população urbana da área ilustra o intenso processo de urbanização por que vem passando a Região (Tabela 2).

TABELA 2 – Taxas de Crescimento Populacional (% a.a.) - Estado de São Paulo e RG de São José dos Campos - 1940/1991

ANOS	TAXAS DE CRESCIMENTO (% A.A)			
	ESTADO DE SÃO PAULO	RG DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS		
		TOTAL	URBANA	RURAL
1940/50	2,44	1,80	4,29	0,08
1950/60	3,46	3,25	5,77	0,51
1960/70	3,31	4,84	8,06	-2,32
1970/80	3,49	6,05	7,52	-2,82
1980/91	2,12	3,48	3,65	1,40

Fonte: IBGE. Censos Demográficos do Estado de São Paulo de 1940 a 1980. Resultados Preliminares do Censo Demográfico de 1991.

Já nos anos 40, a taxa de crescimento da população urbana alcançava 4,3% a.a., elevando-se para 5,8% a.a., entre 1950/1960. Essa taxa alcançou seu ponto máximo entre 1960/70, com 8% a.a., declinando para 7,5% a.a., nos anos 70, e para 3,6% a.a., nos anos 80. O grau de urbanização da Região era de 59% em 1960, chegando a 93% o total de população vivendo em áreas urbanas, em 1991.

As taxas de crescimento da população rural apresentaram oscilações nesse período de 50 anos, registrando índices negativos nas décadas de 60 e 70 (em torno de 2% a.a.) e retomando valor positivo nos anos 80.

Comparando-se as taxas de crescimento da população total do Estado e da RG de 1940 a 1991 observa-se que, no período de 1940/50, a taxa de crescimento da população estadual era superior a da RG: 2,44% a.a. e 1,80% a.a., respectivamente. A partir de 1950, com a implantação de indústrias na área, as taxas de crescimento da Região de Governo de São José dos Campos deslancharam em relação às registradas pelo Estado. Até mesmo no período 1980/91, quando se assistiu a uma desaceleração no ritmo de crescimento de todas as regiões de São Paulo (BAENINGER, 1992), o Estado apresentou uma taxa de 2,1% a.a. e a RG de São José dos Campos de 3,5% a.a.

Durante os últimos trinta anos, a participação relativa da população total e urbana da RG de São José dos Campos vem aumentando no contexto da Região Administrativa (RA) de São José dos Campos. Em 1960, o total da população da RG representava 29% do total da população da RA, passando a ser de 34% em 1970, 43% em 1980 e 47% em 1991. O mesmo ocorreu em relação ao total da população residente na zona urbana. Em 1960, a RG de São José dos Campos detinha 28% da população urbana de

sua Região Administrativa, passando, em 1970, a 37%; em 1980, a 45%; e, em 1991, a 48%.

Desse modo, praticamente, metade da população urbana residente na Região Administrativa de São José dos Campos encontrava-se na RG de São José dos Campos em 1991. Neste ano, os municípios de Caçapava, Jacareí e São José dos Campos detinham 96,73% do total dos habitantes das áreas urbanas da Região de Governo de São José dos Campos (Tabela 3).

TABELA 3 – População total, rural e urbana por Município RG de São José dos Campos 1991

MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO			GRAU DE URBANIZAÇÃO (%)
	TOTAL	URBANA	RURAL	
Caçapava	65.889	58.145	7.744	88,2
Igaratá	6.296	4.151	2.145	65,9
Jacareí	163.843	156.997	6.846	95,8
Jambeiro	3.285	1.369	1.916	41,7
Monteiro Lobato	3.375	1.185	2.190	35,1
Paraibuna	14.876	5.819	9.057	39,1
Santa Branca	10.301	9.122	1.179	88,6
S.J. dos Campos	442.009	425.157	16.852	96,2
TOTAL	709.874	661.945	47.929	93,2

Fonte: IBGE. Resultados Preliminares do Censo Demográfico de 1991.

Dos oito municípios que compõem a Região de Governo, três, no entanto, detinham, em 1991, um percentual considerável de seus habitantes residindo na zona rural: Monteiro Lobato, com 64,9%; Paraibuna, com 60,9%; e Jambeiro, com 58,3%.

Os municípios de Caçapava, Jacareí e São José dos Campos, juntamente com Santa Branca, foram os municípios que apresentaram diminuição em suas taxas de crescimento anuais em 1980/91 quando comparadas às de 1970/80. Essa desaceleração das taxas de crescimento anuais nos três primeiros municípios influenciaram para que a taxa de crescimento anual da Região de Governo passasse de 6,05% a.a., no período de 1970/80, para 3,48% a.a., em 1980/91 (Tabela 4).

TABELA 4 – Evolução da população, taxas de crescimento populacional, crescimento vegetativo e migratório - RG de São José dos Campos 1970/1991

MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO TOTAL			INCREMENTO POPULACIONAL ABSOLUTO		TAXA DE CRESCIMENTO (% a.a.)		CRESCIMENTO VEGETATIVO		SALDO MIGRATÓRIO	
	1970	1980	1991	70/80	80/91	70/80	80/91	70/80	80/91	70/80	80/91
Caçapava	30.712	51.347	65.889	20.635	14.542	5,27	2,29	9.716	13.047	10.919	1.495
Igaratá	3.686	4.371	6.296	685	1.925	1,72	3,37	880	1.063	-195	862
Jacareí	61.216	115.732	163.843	54.516	48.111	6,58	3,21	20.227	31.598	34.289	16.513
Jambeiro	2.857	2.874	3.285	17	411	0,06	1,22	495	424	-478	-13
Monteiro Lobato	3.180	2.692	3.375	-488	683	-1,65	2,08	582	515	-1.070	168
Paraibuna	13.845	14.127	14.876	282	749	0,20	0,47	3.025	2.277	-2.743	-1.528
Santa Branca	6.831	8.500	10.301	1.669	1.801	2,21	1,76	1.537	1.885	132	84
S.J. dos Campos	148.332	287.513	442.009	139.181	154.496	6,84	3,99	55.357	95.016	83.824	59.480
Total	270.659	487.156	709.874	216.497	222.718	6,05	3,48	91.819	145.826	124.678	76.892

Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1970 e 1980. Resultados Preliminares do Censo de 1991. Fundação SEADE (1993).

Contudo, municípios com menor volume populacional apresentaram aumento em suas taxas de crescimento anuais em 1980/91, em comparação àquelas que tinham registrado na década anterior. Igaratá passou de 1,72% a.a., em 1970/80, para 3,37% a.a., em 1980/91; Jambeiro de 0,06% a.a. para 1,22% a.a.; Monteiro Lobato de -1,65% a.a. para 2,08% a.a. e Paraibuna de 0,20% a.a. para 0,47% a.a. Neste contexto, Monteiro Lobato, merece especial atenção visto ter revertido a tendência de evasão populacional que apresentava na década de 70/80. De fato, o Censo Demográfico de 1991 revelou, para o conjunto do País, maior ritmo de crescimento populacional para os pequenos municípios (MARTINE, 1992).

Através da Tabela 4, pode-se observar o saldo migratório dos municípios da Região de Governo de São José dos Campos para o período de 1970/80. Neste período, o comportamento migratório havia sido responsável por 57,6% do crescimento absoluto da Região, passando a 34,5% no período 1980/91.

Nos anos 70, os municípios de São José dos Campos, Jacareí e Caçapava apresentaram os maiores saldos migratórios, chegando São José dos Campos a representar 67% do total do saldo migratório da RG. Os demais municípios apresentaram saldos positivos muito baixos, ou mesmo, negativos.

Através de tabulações especiais do Censo Demográfico de 1980 (FUNDAÇÃO SEADE, 1990) foi possível identificar a origem dos fluxos migratórios para a RG de São José dos Campos para o período 1970/80 (Tabela 5).

A migração intra-estadual foi responsável por 51,04% do total migratório registrado na RG nos anos 70. A elevada participação da migração de outros Estados (48,96%) deveu-se, principalmente, aos Estados que fazem limite com o Estado de São Paulo: 22,17% dos migrantes interestaduais procederam de Minas Gerais, 11,5% do Paraná, 5,6% do Rio de Janeiro, sendo que apenas 9,6% dos demais Estados¹.

No contexto intra-estadual os maiores fluxos migratórios em direção a RG de São José dos Campos foram provenientes da Grande São Paulo (33 mil pessoas); das RGs de Taubaté (8 mil), Guaratinguetá (5 mil), São João da Boa Vista (2,7 mil) e das regiões de Campinas, Caraguatatuba e Presidente Prudente (em torno de 1,5 mil pessoas cada Região).

TABELA 5 – Fluxos Migratórios Numericamente mais importantes segundo a Origem dos Imigrantes - RG de São José dos Campos - 1970/80

ORIGEM DOS IMIGRANTES	VALOR ABSOLUTO	(%)
Estados		
São Paulo	71.330	51,04
Minas Gerais	30.976	22,17
Paraná	16.080	11,51
Rio de Janeiro	7.874	5,63
Outros	13.491	9,65
Total	139.751	100,00
RGs do Estado de São Paulo		
Grande São Paulo	33.764	47,33
Taubaté	8.209	11,51
Guaratinguetá	5.396	7,56
São João da Boa Vista	2.722	3,82
Santos	1.938	2,72
Campinas	1.804	2,53
Caraguatatuba	1.753	2,46
Presidente Prudente	1.432	2,01
Outras	14.312	20,06
Total	71.330	100,00

Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 1980. Tabulações Especiais. Fundação SEADE (1990).

A migração intra-regional alcançou um volume de 18.897 pessoas, nos anos 70, com fluxos, predominantemente, do Município-sede para os municípios de entorno para o Município-sede (Tabela 6).

O Mapa 1, em Anexo II, ilustra as trocas migratórias ocorridas nos anos 70.

Vale ressaltar, que a RG de São José dos Campos, juntamente com Campinas, Santos e Sorocaba

¹ As tabulações especiais do Censo Demográfico de 1980 foram realizadas em etapa anterior, contando para sua elaboração com Claudia Calil Elias, bolsista de aperfeiçoamento do CNPq, na Fundação SEADE.

constituíram os mais importantes eixos da desconcentração industrial da Grande São Paulo a partir dos anos 70 (CANO, 1988), propiciando também o direcionamento de expressivos contingentes populacionais que partiram da Metrópole em direção ao Interior.

TABELA 6 – Fluxos migratórios Intra-regionais numericamente mais importantes - Região de Governo de São José dos Campos - 1970/80

MUNICÍPIOS	IMIGRANTES			EMIGRANTES		
	MUNICÍPIOS	V.A.	%	MUNICÍPIOS	V.A.	%
Caçapava	Jacareí	414	16,37	Jacareí	338	20,98
	São José dos Campos	1.703	67,34	São José dos Campos	1.107	68,72
	Outros Municípios	412	16,29	Outros Municípios	166	10,30
	Total	2.529	100,00	Total	1.611	100,00
Igaratá	Jacareí	88	40,55	Jacareí	194	55,59
	São José dos Campos	76	35,02	São José dos Campos	134	38,40
	Outros Municípios	53	24,42	Outros Municípios	21	6,02
	Total	217	100,00	Total	349	100,00
Jacareí	Paraibuna	873	12,33	Caçapava	414	10,76
	Santa Branca	958	13,53	Santa Branca	335	8,71
	São José dos Campos	4.593	64,85	São José dos Campos	2.822	73,34
	Outros Municípios	659	9,30	Outros Municípios	277	7,20
	Total	7.083	100,00	Total	3.848	100,00
Jambeiro	Paraibuna	100	23,15	Caçapava	211	24,77
	São José dos Campos	221	51,16	São José dos Campos	391	45,89
	Outros Municípios	111	25,69	Outros Municípios	250	29,34
	Total	432	100,00	Total	852	100,00
Monteiro Lobato	São José dos Campos	284	85,29	Caçapava	138	20,29
	Outros Municípios	49	14,71	São José dos Campos	480	70,59
	Total	333	100,00	Outros Municípios	62	9,12
				Total	680	100,00
Paraibuna	Jambeiro	177	25,36	Jacareí	873	27,73
	São José dos Campos	331	47,42	São José dos Campos	2.080	66,07
	Outros Municípios	190	27,22	Outros Municípios	195	6,19
	Total	698	100,00	Total	3.148	100,00
Santa Branca	Jacareí	335	77,91	Jacareí	958	87,97
	Outros Municípios	95	22,09	Outros Municípios	131	12,03
	Total	430	100,00	Total	1.089	100,00
São José dos Campos	Jacareí	2.822	39,74	Caçapava	1.703	23,50
	Paraibuna	2.080	29,29	Jacareí	4.593	63,39
	Caçapava	1.107	15,59	Outros Municípios	950	13,11
	Outros Municípios	1.092	15,38	Total	7.246	100,00
	Total	7.101	100,00			

Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 1980. Tabulações Especiais. Fundação SEADE (1989).

Nos anos 80, o saldo migratório da RG em seu conjunto chegou a 77 mil pessoas, do qual 77% se deveu ao Município de São José dos Campos. Ou seja, apesar do menor volume migratório recebido pela Região, no período 1980/91, o Município-sede da RG seguiu exibindo o saldo migratório mais elevado, reforçando a posição da sede regional como polo de absorção da população migrante.

PESQUISA DE CAMPO

A Região de Governo de São José dos Campos, situada no Vale do Paraíba, área extremo oriental do Estado de São Paulo, limita-se ao norte com o Estado de Minas Gerais, ao sul com a Região de Governo de Caraguatatuba, a leste com a Região de Governo de Taubaté e a oeste com a Região de Governo de Bragança Paulista e a Região Metropolitana de São Paulo.

Recebendo a expansão industrial da Grande São Paulo, destaca-se pelo alto grau de desenvolvimento do seu setor secundário e terciário, além da presença, em seu Município-sede, de importantes institutos que desenvolvem pesquisas no setor espacial, meteorológico e de sistemas bélicos, como o ITA (Instituto Técnico Aeroespacial), o IEA (Instituto de Estudos Avançados), o CTA (Centro Técnico Aeroespacial), e o INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais). Além destes, que são vinculados a órgãos da administração federal, as grandes empresas da Região também mantêm seus próprios centros de pesquisa técnico-científica, desenvolvendo projetos como a automação industrial.

Com relação ao setor primário, a maior contribuição para a economia regional ocorre, principalmente, através da pecuária leiteira, presente em todos os municípios da Região de Governo. Desde a década de 70, vem ocorrendo, com frequência, a substituição dos pastos pela atividade do reflorestamento, onde o plantio de eucaliptos vem ocupando grandes áreas, principalmente, dos municípios de Jambeiro, Paraibuna e Santa Branca.

No que se refere à agricultura, o seu desenvolvimento é prejudicado pela topografia da Região, situada nas proximidades das Serras do Mar e da Mantiqueira. Na várzea do Rio Paraíba do Sul, o principal rio da Região no entanto, há o cultivo de arroz.

Com um grande potencial hídrico, a Região de Governo possui três Represas situadas nos municípios de Igaratá, Paraibuna e Santa Branca, formadas pelos rios Jaguari, Paraibuna e Paraíba do Sul, respectivamente.

Possuindo um grande sistema viário regional, há facilidade na interligação tanto com outras regiões e Estados, como entre os seus próprios municípios. Suas principais rodovias são:

- BR-116: Rodovia Presidente Dutra (São Paulo ao Rio Janeiro)
- SP-50: Rodovia Monteiro Lobato (São José dos Campos a Campos do Jordão, via Monteiro Lobato)
- SP-66: Estrada Velha Rio-São Paulo
- SP-65: Rodovia D. Pedro I (Jacareí a Campinas, via Igaratá)
- SP-77: Rodovia Nilo Máximo (Jacareí a Salesópolis, via Santa Branca)
- SP-88: Rodovia Pitas-Salesópolis (Paraibuna a Salesópolis)
- SP-99: Rodovia dos Tamoios (S. José dos Campos a Caraguatatuba)
- SP-103: Rodovia João Amaral Gurgel (Caçapava a SP-99, via Jambeiro)

Atualmente, encontra-se em construção a Rodovia Carvalho Pinto (Guararema a Taubaté), além da duplicação da Rodovia D. Pedro I.

Desde que foi inaugurada, na década de 50, a Rodovia Presidente Dutra, traçou um eixo normativo de desenvolvimento para os municípios que se encontram às suas margens. Na Região de Governo de São José dos Campos, esta rodovia atravessa os municípios de Jacareí, São José dos Campos e Caçapava transformando-os em centros urbanos dinâmicos e polarizadores da Região.

Aspectos Metodológicos

De acordo com o **Diagnóstico Regional da Região de Governo de São José dos Campos**, publicado em 1991, pelo antigo ERP (Escritório Regional do Planejamento) e atual ERI (Escritório Regional Integrado), esta Região de Governo dividi-se em 2 sub-regiões, que apresentam características econômicas, demográficas e sociais diferenciadas. A primeira delas, composta pelos municípios de São José dos Campos, Jacareí, Caçapava e Santa Branca, possui uma economia dinâmica e os maiores índices de crescimento da Região. A segunda, formada pelos municípios de Monteiro Lobato, Igaratá, Jambeiro e Paraibuna, é caracterizada por uma economia pouco dinâmica, baseada na pecuária leiteira, além de baixos indicadores de urbanização.

Esta composição evidencia a existência de núcleos polarizadores e de núcleos polarizados, hierarquizados em centros urbanos de primeira ordem (São José dos Campos e Jacareí), centros urbanos de segunda ordem (Santa Branca e Caçapava) e centros urbanos de terceira ordem (Igaratá, Paraibuna, Jambeiro e Monteiro Lobato). Tal hierarquia demonstra uma relação de dependência entre os municípios desta Região de Governo, sendo que os municípios de São José dos Campos e Jacareí polarizam os demais,

por apresentarem um comércio mais sofisticado e diversificado, assim como lazer e prestação de serviços. Caçapava caracteriza-se como um município intermediário, que ainda busca muitos serviços tanto em São José dos Campos como em Taubaté, mas que apresenta uma boa infra-estrutura na área de saúde pública, o que leva a população de Jambuí a buscar ali este serviço. Os municípios de Monteiro Lobato, Paraibuna e Jambuí dependem de São José dos Campos e os municípios de Santa Branca e Igaratá, de Jacareí. No caso de Igaratá, também há procura de serviços em Santa Isabel, município situado na Região Metropolitana de São Paulo.

O grande peso no movimento migratório da Região de Governo de São José dos Campos está no deslocamento de sua própria população interna, já que os seus principais municípios são conurbados (São José dos Campos, Jacareí e Caçapava), possuindo um sistema de transporte por ônibus circulares, que intensifica o movimento pendular.

Baseada nesta configuração regional e nos dados sobre evolução e tamanho da população, é que foi realizada a escolha dos municípios a serem visitados durante o trabalho de campo. Foram realizadas entrevistas institucionais e domiciliares nos seguintes municípios: São José dos Campos, Jacareí e Caçapava, que se situam ao longo da via Dutra e representam os municípios mais desenvolvidos da Região. Além disso, no período 1980/91, foram os que apresentaram as maiores taxas de crescimento populacional e os mais elevados saldos migratórios da Região de Governo. O Município de Santa Branca foi também incluído no trabalho de campo pela informação, obtida no ERI, de que vem sofrendo alteração em sua base econômica nos últimos anos, tendendo a se industrializar. O Município de Monteiro Lobato, situado no grupo de municípios que tem a economia baseada no setor primário, foi escolhido por ter apresentado na década de 80 uma taxa de crescimento populacional positiva, revertendo a tendência apresentada na década anterior.

Em Anexo I encontra-se a relação das instituições entrevistadas.

Município de São José dos Campos

Município-sede da Região de Governo de São José dos Campos, destaca-se no contexto regional, principalmente, pela presença de grandes indústrias nacionais e multinacionais e de importantes institutos de pesquisa técnico-científica em seu território, além de um alto desenvolvimento de seu setor terciário.

Seu parque industrial abriga grandes empresas de material elétrico-eletrônico e de comunicação, de transporte, do setor químico, metalúrgico e mecânico, concentrando-se, principalmente, ao longo da

via Dutra e na região sul do Município. Suas principais indústrias são: Engesa, Petrobrás (refinaria), Embraer, Alpargatas, Kodak, General Motors, Ericsson, Johnson & Johnson, National-Panasonic, Phillips, Hitachi, entre outras. Dentre elas, estão as mais importantes indústrias nacionais de material bélico, que atualmente passam por graves crises financeiras, atingindo diretamente a mão-de-obra empregada. Os exemplos são nacionalmente conhecidos como o caso da Avibrás e, mais recentemente, o da Embraer.

A preocupação com o destino destas grandes empresas, que vêm demitindo um alto contingente de trabalhadores, qualificados ou não, atinge os mais variados setores da sociedade. Em diversas entrevistas institucionais e domiciliares realizadas, inclusive em municípios vizinhos, destacou-se a importância do impacto da situação recessiva do País nesta Região, induzindo à revisão orçamentária, da produção e à drástica redução da mão-de-obra empregada, como consequência da retração do mercado consumidor. Em decorrência disso, o nível de desemprego é muito elevado, sendo estimado em 60.000 desempregados pelo Sindicato dos Metalúrgicos, em São José dos Campos, que não vê perspectivas, a curto prazo, de absorção de toda a mão-de-obra disponível no Vale do Paraíba.

Atingindo tanto os grandes como os pequenos salários das indústrias, esta crise de desemprego vem demitindo um alto contingente de mão-de-obra especializada, característica do parque industrial da Região. Acredita-se que esta população esteja entrando no mercado de micro e pequenas empresas, já existentes em grande número no Município, com elevado grau de flutuação. Segundo informações fornecidas pelo ERI, a Prefeitura vem procurando incentivar tais empresas em todos os ramos da economia, através do lançamento de dois manuais para as pequenas e médias empresas, pelo Fórum Paulista de Desenvolvimento.

De acordo com informações fornecidas pela Prefeitura Municipal, das 628 indústrias existentes em São José dos Campos, em 1990, 405 caracterizavam-se como micro empresas 178 como pequenas, 24 como médias e 21 como grandes.

O setor terciário, conseqüentemente, também vem sendo duramente atingido pela crise econômica encontrando muitas dificuldades para a manutenção de seus negócios. Apesar disto, um grande empreendimento vem sendo realizado no Município, é a construção do Hipermercado Carrefour, situado entre Jacareí e São José dos Campos, ao longo da via Dutra e próximo ao Ciro Atacadista (cerealista). Esta construção vem absorvendo uma parcela de mão-de-obra da construção civil da Região. Um outro supermercado também será inaugurado em um Shopping da cidade, o Sé Supermercados, no espaço que era ocupado pela Loja Muricy.

Outro Shopping do Município é o Center Vale Shopping, localizado às margens da via Dutra e inaugurado, em 1987. Com grandes magazines - como a Mesbla, Lojas Americanas, C&A e a lanchonete McDonalds - exerce uma forte atração regional, sendo o segundo Shopping Center do Interior do Estado de São Paulo.

São José dos Campos tem um comércio varejista bastante diversificado, com uma grande quantidade de estabelecimentos, que atende toda a Região. O mesmo ocorre com seu comércio atacadista, que atende todo o Vale do Paraíba e Litoral Norte, conforme cita o **Diagnóstico Regional da Região de Governo**, apresentando estabelecimentos de grande porte, como o já mencionado cerealista Ciro, o Makro Atacadista e o depósito Uemura, no ramo da construção civil.

Segundo informações obtidas na Divisão de Pesquisa e Teoria (Secretaria de Planejamento Urbano), até 1990 a maioria da população trabalhava na indústria (35,36%), porém, se juntarmos comércio e prestação de serviços, o índice será mais elevado. Deste pessoal ocupado nas indústrias, 25% residia em outro município, principalmente, Jacareí, Caçapava e Taubaté, demonstrando um índice significativo de migração pendular, devido a facilidade de comunicação entre tais municípios.

O grande crescimento populacional de São José dos Campos se deu na década de 70, quando o Município recebeu muitos migrantes. Esses migrantes antigos são pessoas vindas do sul de Minas Gerais, instalando-se com frequência no bairro de Santana, situado ao norte do Município. Este é um bairro já bastante consolidado, habitado por uma população de classe média, não havendo muitos migrantes recentes.

"[...] eu morava em Taubaté e trabalhava em São José. Agora continuo trabalhando aqui na Petrobrás e moro aqui com a família da minha esposa. Eles são do sul de Minas..."
(M.S., electricista, migrante vindo de Taubaté).

O Município de São José dos Campos vem crescendo na direção sul, através de construções, nessa área, de conjuntos habitacionais.

"[...] como a população do Município não aumentou tanto, supõe-se que haja uma mobilidade interna na cidade" (Divisão de Pesquisa e Teoria/Secretaria de Planejamento Urbano).

Entre eles, estão o conjunto Helmano Ferreira Veloso, o conjunto Ema (criados há mais de 10 anos) e mais recentemente, o Campo dos Alemães, todos habitados por uma população de baixa renda.

O chamado Campo dos Alemães se constitui em um grande bairro novo com um número de unidades habitacionais que chegará a 7 mil. Vem sendo construído através de um convênio entre a Prefeitura Municipal e o Governo do Estado. É composto por 3 conjuntos: o Campo dos Alemães, onde a família recebe o terreno e constrói a sua casa de acordo com a planta fornecida pela Prefeitura e os conjuntos D. Pedro I e D. Pedro II, onde a casa é entregue pronta com 2 cômodos e depois o proprietário a amplia. Apesar de ser distante do centro da cidade, está localizado em um setor onde existem muitas fábricas, comércio, serviços e assistência médica.

"[...] por isso não se criou problemas bruscos em se levar a população para a periferia" (ERI/SEP).

Através das pesquisas domiciliares realizadas nos bairros, percebeu-se que os seus moradores apresentam baixa renda, tendo, geralmente, como procedência outros bairros do próprio Município de São José dos Campos. Ou seja, há uma migração intra-urbana bastante acentuada.

"[...] até que enfim, eu acho que vou ter um teto" (M.I.M., migrante vindo do Paraná).

"[...] agora, eu mudei pra minha casa, agora eu gosto mais porque é minha casa" (I.M., migrante vindo de Paraibuna).

"[...] não dá pra gente morar sempre no que é dos outros, aqui pelo menos é meu" (B.F.S., migrante vindo de Campinas).

Nenhum dos entrevistados tem a intenção de sair do Município de São José dos Campos.

Segundo informações obtidas na Câmara Municipal, São José dos Campos apresenta um déficit habitacional de 20.000 unidades residenciais. Verifica-se, com isso, um aumento da população favelada no Município, constituída de pessoas sem qualificação profissional.

"Esta população é formada basicamente por migrantes, que vieram fomentados pela fama da cidade de ser uma cidade que oferece empregos" (Vereador da oposição).

De acordo com o **Diagnóstico Regional do ERI**, em 1988 haviam 15 favelas em São José dos Campos, com 1.031 barracos, localizados tanto nas áreas centrais como nas periferias de grandes bairros.

"[...] a Prefeitura vem investindo muito pouco na infra-estrutura da cidade, havendo bairros inteiros sem serviço de esgoto, por exemplo" (Vereador da oposição).

Há, no entanto, posições diferenciadas sobre os investimentos realizados no Município.

"[...] a Prefeitura fez um grande investimento na área social, construiu 7.000 casas no Campo dos Alemães [...] investimentos no anel viário da cidade, em escolas, saúde, saneamento básico, que é o mais importante hoje [...]" (Vereador da situação).

A administração municipal enfrenta hoje sérios problemas com habitação e emprego, sendo que ainda é bastante grande o volume populacional que chega ao Município em busca de emprego e melhores condições de vida.

É basicamente esta população que é atendida pelo Sistema CETREN-Migrante (Centro de Triagem e Encaminhamento), vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Social de São José dos Campos. É composto por três unidades: 1) a **Casa do Migrante**, que se constitui num albergue, onde é fornecido alojamento e alimentação durante um determinado prazo (3 ou 4 dias, dependendo do caso), enquanto se procura um emprego. No caso de se conseguir um emprego sem alojamento, pode-se permanecer no albergue até o primeiro pagamento. São atendidos migrantes e munícipes carentes (considera-se munícipe a pessoa que possui 6 meses de residência); 2) **Centro de Convivência Rural (CECOR)**, tem o objetivo de atender usuários considerados "casos crônicos", como alcoólatras e mendigos, que são encaminhados à chácara para um trabalho de reintegração à sociedade, através de atividades como fabricação de blocos, artesanato e horta, dentre outras; 3) **Centro de Orientação ao Migrante (COM)**, funciona na Rodoviária do Município e tem por objetivo atender os migrantes que chegam a São José dos Campos, através de orientação e encaminhamento aos recursos de apoio fornecidos pela Prefeitura. Além disso, faz uma caracterização deste fluxo migratório, através de uma estatística mensal.

De acordo com dados fornecidos pelo CETREN, o número de atendimentos, em 1990, foi maior do que em 1991, caindo de 400.220 para 277.400 pessoas. A maior parte das pessoas atendidas não tem a intenção de permanecer na cidade, devido a grande dificuldade em se encontrar um emprego. O prosseguimento da viagem se dá, na maioria das vezes, para outros municípios do Interior de São Paulo, e em menor escala para a Capital. Estes dados coincidem com as informações relativas à procedência destes migrantes. Com relação à naturalidade, verifica-se que a maior parte também é natural de outros municípios do Interior do Estado de São Paulo, da Região Norte/Nordeste, de Minas Gerais, da Capital de São Paulo e do Rio de Janeiro. Acredita-se que grande parte desses migrantes circulam pelo Estado de São

Paulo; são as chamadas "pessoas em trânsito", ou "trecheiros". A maioria tem entre 18 e 30 anos, são do sexo masculino e estão em busca de emprego e moradia.

O sistema CETREN-Migrante também mantém um serviço de auxílio na procura de empregos, mantendo contato com agências e encaminhando os usuários. Atualmente, porém, está havendo pouca oferta de empregos. Como a maioria destas pessoas não apresenta qualificação profissional, normalmente, encontra emprego no ramo da construção civil.

"[...] onde tem construção civil e o preço é bom eu vou" (A.L., migrante vindo de Taubaté).

Com relação ao fornecimento de passagens, a pessoa que a solicita precisa participar do Projeto Capina, que se constitui na limpeza de lotes, onde o dinheiro é revertido para a aquisição da passagem; ou ainda, participar da fabricação de blocos do CECOR.

"[...] o Projeto Capina procura fazer com que a pessoa contribua e valorize a passagem que está ganhando. Mas, muitas vezes, as pessoas se recusam a participar deste tipo de atividade" (CETREN).

"[...] eu vim pra' qui pra mim ir prá São Paulo procurar os documentos que estão faltando pra mim [...] eles falaram pra eu trabalhar até o meio-dia que à tarde eles dão passagem pra gente [...] vou procurar arrumar serviço em São Paulo, se não der eu vou pra Campinas, ou então vou voltar pra São José de novo, mas serviço tá ruim em qualquer canto" (E.A.M, migrante vindo de Ubatuba).

"[...] estes migrantes são muito discriminados pela sociedade, há um preconceito pela sua própria condição social" (CETREN).

Nas demais entrevistas institucionais realizadas em São José dos Campos foi unânime a opinião de que o preconceito com relação aos migrantes residentes no Município não existe. O motivo apresentado aponta basicamente para o fato de que a maioria da população é composta por pessoas vindas de outros municípios, o que facilita a aceitação.

Devido a este fator, foi ressaltada a falta de tradição e enraizamento das pessoas no Município.

"[...] as raízes estão se formando agora, com os filhos destes migrantes mais antigos nascendo aqui [...] este fato dificulta a organização dos movimentos populares, cuja principal referência é o movimento sindical, principalmente o dos metalúrgicos, onde se dá a luta econômica. Em termos de organização, [...] as coisas acontecem com muita

dificuldade, porque o pessoal não se sente responsável pela cidade. [...] as pessoas, aqui, no geral, têm um projeto pessoal, vêm para um determinado objetivo, que se é frustrado, vão embora. [...] aqui a cidade é de ninguém" (Vereador).

"[...] apesar da receptividade da população ser muito boa, o Município não possui tradições, sua cultura ficou diluída." (Divisão de Pesquisa e Teoria/Secretaria de Planejamento Urbano)

Nas entrevistas domiciliares realizadas, a maioria das pessoas apresentou a mesma opinião com relação à existência ou não de preconceito ao migrante residente no Município.

"[...] eu acho que aqui é uma cidade que trata bem todo mundo" (G.A., operador, migrante vindo de Minas Gerais).

"[...] o pessoal de São José é muito pouco, a maior parte é migrante. Tanto é que chega nos finais de semana, a cidade fica vazia, porque o pessoal vai visitar parentes em outros municípios, é de Minas, ou de outras cidades. Enfim, tem muita gente de fora" (R.R.C., bancário, migrante vindo de Minas Gerais).

"[...] quase todo mundo que a gente conversa, um veio de Minas, outro do Paraná, outro veio do Ceará, Bahia [...] é difícil conversar com uma pessoa que diz: eu nasci aqui em São José, me criei e moro aqui até hoje" (M.I.M., servente, migrante vindo do Paraná).

Cabe ainda mencionar que, no Município de São José dos Campos, há uma importante estrutura voltada à pesquisa, montada pela Secretaria de Planejamento Urbano. A Divisão de Pesquisa e Teoria vem realizando pesquisas sócio-econômicas, desde 1972, com o objetivo de instrumentalizar o planejamento urbano. A pesquisa de 1992 foi a décima a ser realizada, contendo 60 perguntas, que buscam traçar um perfil sócio-econômico das famílias residentes no Município. Contêm dados que se referem ao sexo, faixa etária, grau de instrução, frequência escolar, local de nascimento, procedência, ocupação, renda familiar, transporte utilizado para a escola ou trabalho e tempo gasto, natureza da habitação, número de cômodos, número de famílias e pessoas residentes, água, luz, esgoto, situação do domicílio, valor da prestação, bens, empregados, além da utilização de serviços médicos e odontológicos, abastecimento de hortifrutigranjeiros, mobilidade da família para compras e lazer, e quais os melhoramentos considerados necessários para o bairro.

Para a realização desta pesquisa, o Município foi dividido em 34 setores, aplicando-se o questionário em 5% dos domicílios ocupados. Desde 1983, não se obtém consentimento para a aplicação da pesquisa no CTA, sob a alegação de que o setor se constitui em área de segurança.

Município de Jacareí

Assim como em São José dos Campos, a principal atividade econômica, em Jacareí, é a industrial, alocando a maior parte da mão-de-obra empregada no Município. Abriga um importante parque industrial, que começou a ser instalado no final da década de 70, onde o principal ramo é o químico, além de outros como o setor metalúrgico, mecânico, têxtil e de produtos alimentares. Suas principais indústrias são: Brahma, Kaiser, Papel Simão, White Martins, Rhodia, Válvulas Schrader, dentre outras.

Cabe mencionar que a Fábrica de Papel Simão, de acordo com o **Diagnóstico Regional do ERI**, é a indústria que absorve a produção de madeira proveniente da atividade do reflorestamento dos municípios mais próximos de Jacareí, como Jambeiro, Paraibuna e Santa Branca.

Apesar da grave crise econômica que o País atravessa, Jacareí sedia alguns investimentos de iniciativa privada. Um deles é a ampliação das instalações de indústrias como a Brahma, Kaiser e Papel Simão. Outro, e contando com o apoio da Prefeitura Municipal, é o projeto de um grupo empresarial, que prevê a instalação do Parque Industrial Arturville que abrange uma área bastante extensa, entre as Rodovias Presidente Dutra e D. Pedro I. Este, além de indústrias e armazéns, abriga, também, restaurantes, lojas, bancos etc.

Mesmo obtendo este apoio, nas entrevistas realizadas tanto na Secretaria de Planejamento Urbano como na de Bem-Estar Social demonstrou-se uma certa preocupação com a implantação deste polo industrial, no sentido da necessidade do acompanhamento de uma infra-estrutura básica, já que se considera que atrairia um grande número de pessoas para o Município. Atualmente, segundo informações obtidas em tais entrevistas, o Município não comporta tal empreendimento, na medida em que possui déficit nas áreas básicas de habitação, saúde e educação.

"[...] não está fácil conseguir emprego no Vale do Paraíba. Pelo fato de ter muitas indústrias, o pessoal de outras regiões vem para cá, só que aqui não tem emprego também. Saiu um boato aqui na TV que o prefeito de Jacareí ia fazer uma concentração de indústria aqui, eu esqueci até o nome do empreendimento que eles iam fazer. E ele estava pedindo pelo amor de Deus para ninguém vir para cá, porque na TV eles falaram e já estava vindo gente do Interior do Nordeste. O povo ficou sabendo disso e já estava vindo embora só por causa dessa ideia de transferir essas indústrias. Isto não era um empreendimento, era somente uma ideia e estava atraindo muita gente que vem em busca de emprego" (M.C.S., migrante vindo do Paraná).

Além deste investimento, vale ressaltar ainda, a construção da Rodovia Carvalho Pinto, a duplicação da Rodovia D. Pedro I, assim como o projeto da Rodovia do Sol (ligação ao Porto de São

Sebastião), indicando perspectivas e tendências de crescimento do Município.

Com relação ao perímetro urbano, a Secretaria de Planejamento indica que o crescimento vem se dando em direção à Região Metropolitana de São Paulo, além da gradativa ocupação dos chamados "vazios urbanos" espalhados pela cidade.

"[...] há muitos espaços vazios no Município, que são propriedades particulares, transformando-se em áreas caras nas mãos dos especuladores [...] em direção a São José dos Campos, a área já se apresenta ocupada, com grande presença de pequenos prédios com 4 andares, habitados por classe média, além das indústrias instaladas ao longo da Dutra" (Secretaria de Planejamento Urbano).

A Via Dutra permite fácil comunicação entre os dois principais municípios da Região de Governo (São José dos Campos e Jacareí), indicando constantes trocas de serviços e um significativo índice de migração pendular. Esta ligação é realizada por uma linha de ônibus que circula em intervalos regulares e em reduzido espaço de tempo.

Alguns serviços, como atendimento mais específico na área de saúde, lazer ou estudo universitário, ainda são procurados em São José dos Campos. No caso da educação, Jacareí conta com duas faculdades (administração de empresas e pedagogia), sendo que outros cursos são encontrados em Mogi das Cruzes, Taubaté, São José dos Campos e São Paulo.

Já com relação ao comércio, Jacareí conta com a presença de grandes lojas e magazines na área central da cidade, que se instalaram em período recente, no final da década de 80. Há, ainda, um projeto para a construção de um Shopping Center na mesma área; o Município não possui nenhum.

De acordo com a Secretaria de Planejamento, o Município não apresenta muitas favelas, porém tem sido crescente as construções irregulares em locais de relevo acidentado, nas margens de rios e em áreas verdes invadidas.

Esta população de baixa renda é atendida pela Secretaria do Bem-Estar Social, onde há um serviço de atendimento ao migrante, estruturado de forma semelhante ao de São José dos Campos. De acordo com o Departamento de Promoção Social, recentemente, a Prefeitura assumiu o albergue do Município, que era mantido por uma entidade particular. Assim como em São José dos Campos, há um prazo para permanência e um setor que procura auxiliar na colocação profissional. Há, em média, 300 colocações por mês, sendo a maioria na construção civil, alimentada pelas obras rodoviárias, que vêm sendo realizadas no Município. Porém, a procura está bem acima das ofertas de emprego.

Para o fornecimento de passagens, o Projeto Capina também já foi experimentado em Jacareí, dando interessantes resultados, e, brevemente, será retomado.

"[...] a questão das "pessoas em trânsito" é um problema sério, a circulação na Região é uma maneira de sobrevivência: a pessoa sai de um albergue onde conseguiu alimentação por dois dias e vai para outro" (Secretaria de Bem Estar Social).

Os dados relativos à naturalidade, procedência, sexo, faixa etária desta população também são semelhantes aos apresentados em São José dos Campos. Vale ressaltar que, grande parte é natural da Região Norte/Nordeste e do Interior do Estado de São Paulo. Como última residência, a predominância tem sido os municípios do Interior paulista.

São atendidas, em média, de 2.500 a 3.000 pessoas por mês, entre migrantes e munícipes carentes.

Há ainda o serviço de ronda, realizado por uma agente comunitária e a Guarda Municipal, que abordam pessoas abandonadas nas ruas, levando-as para o Departamento de Promoção Social, onde é realizada a triagem e o posterior encaminhamento. Através deste serviço, da Campanha "Não dê esmolas" e da Central de Arrecadação e Distribuição de Doações percebeu-se que o problema de mendigos e crianças de rua diminuiu no Município. Isto porque, antes da campanha, sabia-se que vinham muitas pessoas de cidades vizinhas organizadas, usando mulheres e crianças, para pedirem esmolas no Município. Fato este comum aos municípios de São José dos Campos e Caçapava, onde a Campanha "Não dê esmolas" também foi realizada.

Desta forma, percebe-se que estas cidades vizinhas procuram manter níveis semelhantes de atendimento, de acordo com o porte de cada uma, promovendo, inclusive, encontros anuais para trocas e discussões. O primeiro **Encontro Regional do Fluxo Migratório** ocorreu em Taubaté (1990), o segundo em São José dos Campos (1991) e o terceiro foi realizado em Jacareí (1992).

Quanto à questão sobre a existência de preconceitos com relação aos migrantes residentes no município, as informações obtidas não divergem das de São José dos Campos. Ou seja, o preconceito existe em relação ao grupo social e não à origem, já que grande parte da população do Município é composta por migrantes.

Município de Caçapava

Situada entre São José dos Campos e Taubaté, dois importantes polos industriais, Caçapava

também vem se desenvolvendo industrialmente, desde a metade da década de 70, abrigando pequenas e médias empresas.

O Município de Caçapava é tido como um polo vidreiro, devido a presença de importantes indústrias no setor como a Pró-Vidro (atual Blindex 4), a Cebrace - Cia Brasileira de Cristais e a Santa Lúcia Cristais Blindex, que alocam juntas o maior volume de mão-de-obra da cidade. Outras importantes indústrias são Nestlé, Antártica, Mafersa e Fuji Film.

Apesar da Prefeitura Municipal incentivar a instalação de novas indústrias, recentemente, nenhuma se instalou no Município; provável reflexo da situação econômica do País. Este incentivo ocorre, com a aprovação da Câmara, através de isenção de impostos e taxas, dependendo do investimento no Município, além de auxílio no terraplenagem do local de instalação.

Outra importante atividade econômica do Município é a agropecuária, mais especificamente, a produção leiteira e de arroz. A cidade possui grandes fazendas-modelo de produção de leite B, com ordenha mecânica e circuito fechado para coleta e armazenamento de leite. A produção vai para a Cooperativa (COOPER) de São José dos Campos. Em menor escala, existe ainda o cultivo de batata e cana-de-açúcar.

Caçapava apresenta um comércio razoável, com a presença de algumas grandes lojas, mas:

"[...] a população possui o hábito de comprar em São José dos Campos e Taubaté, talvez porque muitos trabalhem fora da cidade [...] é maior o número de pessoas que saem de Caçapava para trabalhar fora do que o inverso. Estes municípios vizinhos possuem indústrias de grande porte, que absorvem parte da mão-de-obra de Caçapava" (Assessoria de Comunicação Social).

Este fato expressa o significativo movimento pendular da Região, pois devido a proximidade e a facilidade na locomoção a mudança do local de residência não se justifica.

Apesar disto, a Prefeitura Municipal não caracteriza o Município como dormitório, *"[...] porque há várias empresas locais absorvendo sua própria mão-de-obra"*.

Acredita-se que a migração para Caçapava, nos anos 80, não tenha sido significativa, já que o Município não apresentou um elevado aumento de população. Grande parte do movimento migratório para o Município se dá em função da presença do Sexto Regimento de Infantaria e a Décima Segunda Brigada de Infantaria, que trazem, todo ano, oficiais e soldados, havendo muita rotatividade. Estes militares compõem parte dos migrantes da cidade, inserindo-se na comunidade militar, que é bastante

integrada ao Município, não sofrendo nenhum tipo de preconceito (Assessoria de Comunicação Social).

"[...] vim prá São Paulo em 1982, depois em 84 servi o Exército em Caçapava, e aí quis seguir carreira [...] agora, moro lá no Galo Branco, que fica em São José, mas é mais perto daqui [...]" (P.A.R., migrante vindo do Município de São Paulo).

Com relação à expansão do perímetro urbano, as informações obtidas indicam que o Município de Caçapava vem crescendo em direção a São José dos Campos, como também a Taubaté, diminuindo sua zona rural.

"[...] as cidades do Vale estão se encontrando" (Assessoria de Comunicação Social/Prefeitura Municipal).

Em relação aos municípios vizinhos, Caçapava possui uma boa área de saúde pública, *"atendendo satisfatoriamente sua população e a de cidades próximas"*. De acordo com o cadastramento do Hospital Municipal, há uma média de 100 a 115 pessoas por mês, vindas de outros municípios, buscando atendimento médico. O Município de Jambuí, por exemplo, atravessou uma fase sem atendimento, buscando auxílio em Caçapava.

"A Câmara Municipal de Jambuí, inclusive, fez uma moção de aplauso à Prefeitura de Caçapava em agradecimento pelo atendimento a seus moradores. Bairros mais afastados da área central de São José dos Campos e mais próximos a Caçapava, como o distrito de Eugênio de Mello e o residencial Galo Branco também procuram atendimento no sistema de saúde de Caçapava, assim como outros municípios, como Taubaté e Jacareí, pois algumas especialidades do SUDS na Região só são encontradas em Caçapava" (Assessoria de Comunicação Social).

Na área de educação, Caçapava possui apenas até o curso de Segundo Grau. Os cursos universitários, normalmente, são oferecidos em Taubaté ou São José dos Campos.

Na área de habitação, de acordo com informações obtidas junto à Prefeitura Municipal, Caçapava apresenta um déficit de cerca de 1.500 casas. O problema habitacional do Município refere-se à existência de mais de 30 loteamentos clandestinos, situados próximos à Mantiqueira e em direção a Jambuí. Por serem clandestinos, estes loteamentos não possuem serviços de água, luz ou esgoto.

"[...] o Município de Caçapava não possui favelas, apenas, alguns poucos cortiços em pontos diversos da cidade" (Assessoria de Comunicação Social).

Porém, a Secretaria de Promoção Social indica os núcleos habitacionais existentes nos loteamentos clandestinos como formadores de núcleos favelados, por se encontrarem em uma "situação indigna".

A Secretaria de Promoção Social do Município de Caçapava elaborou um projeto, no ano de 1991, com o objetivo de iniciar um trabalho de controle sobre a questão do migrante itinerante e do morador de rua. Este projeto encontrou algumas dificuldades para sua implantação no que diz respeito ao fornecimento da infra-estrutura básica pelo poder público.

A Prefeitura não dispõe de um albergue próprio, o existente no Município pertence a uma entidade religiosa, que cedeu o espaço para o trabalho e a Prefeitura entrou com uma assistente social, com o objetivo de traçar o perfil dos usuários e encaminhá-los. Este trabalho, porém, ficou incompleto, devido às dificuldades encontradas com relação às regras de funcionamento do albergue, como seu horário, por exemplo, das 18:00h às 6:00h, incompatível com o da assistente social.

Algumas experiências vistas em São José dos Campos, Jacareí e Taubaté foram realizadas no Município, como o Projeto Capina em conjunto com o Departamento de Obras.

Há também o fornecimento de passes de ônibus para Taubaté e São José dos Campos. Existe uma carta de intenções entre os municípios do Vale do Paraíba para que haja a doação de passes para as cidades mais próximas, pois, na maioria dos atendimentos, as pessoas vêm em busca de passagens. Há, em média, de 100 a 120 pessoas atendidas por mês, vindas geralmente de municípios vizinhos, de Minas Gerais, da Região Norte/Nordeste e de São Paulo.

Esta população é alvo de muitos preconceitos.

"[...] são marginalizados, são tratados como vadios, pedintes. Até autoridades dizem que é desnecessário gastar com essas pessoas, porque não são produtivas" (Secretaria de Promoção Social).

Já com relação aos migrantes residentes no Município, a Prefeitura Municipal afirma que o preconceito não existe, *"(...) a cidade é hospitaleira, apesar de possuir muitas famílias tradicionais"*.

Sobre este aspecto, há opiniões divergentes:

"[...] as pessoas na cidade têm raízes muito profundas (...) existem os grupos das pessoas que são da cidade e o das que não são" (C.A.H.K, migrante vindo do Município de São Paulo).

Município de Santa Branca

O Município de Santa Branca tem como principal atividade econômica a agropecuária, mas é a atividade industrial que aloca a maior parte de sua mão-de-obra, apresentando tendências de crescimento, de acordo com informações obtidas junto à Prefeitura. Suas principais indústrias são Inbrac (condutores elétricos) e Fogos Caramuru, as duas de porte médio.

A Prefeitura Municipal oferece incentivo fiscal para a instalação de novas indústrias no Município. O tempo de isenção de impostos varia de acordo com o tamanho da indústria, faturamento, área de ocupação e número de empregados. Como não possui muitas áreas para serem ocupadas por indústrias, a Prefeitura vem procurando desenvolver um mini-parque industrial.

Para isso, houve a criação de um distrito industrial, onde, em fase inicial, irão se instalar três indústrias: Equipagem Indústria e Comércio de Equipamentos e Acessórios para Autos, Mixing Química e Comercial, e Feeder Industrial Ltda, que deverão gerar, aproximadamente, 800 novos empregos no Município.

Outro fator que tende a contribuir para o desenvolvimento do Município é a construção da Rodovia Carvalho Pinto, facilitando o acesso à cidade e o escoamento de sua produção.

Com relação à atividade agropecuária, assim como nos demais municípios, destaca-se a pecuária leiteira, um produto tradicional em Santa Branca.

O Município abriga, também, uma série de sítios e chácaras pertencentes a não residentes, mas que para lá se deslocam nos finais de semana. A opção de lazer de Santa Branca fica por conta de sua Represa, onde a pesca é bastante praticada. Como ocorre com as demais Represas da Região, segundo o **Diagnóstico Regional do ERI**, esta, também, carece de uma infra-estrutura turística pública de apoio para sua utilização.

A atividade do reflorestamento no Município, vem ocorrendo em algumas fazendas, que são arrendadas. Em épocas de plantio ou de corte de eucaliptos, as empresas responsáveis recrutam trabalhadores e mantêm um acampamento na área. Observa-se que este é um trabalho temporário, realizado por empreiteiras. E como a população não dispõe de mão-de-obra suficiente para este trabalho, há muitos trabalhadores provenientes de outros municípios da Região do Vale do Paraíba. Segundo informações obtidas junto a Prefeitura, esta atividade não traz consequências para o Município, uma vez que a mão-de-obra empregada permanece em seu próprio acampamento.

Há indícios de que não há migração significativa para Santa Branca, de acordo com a Prefeitura.

"[...] tem mais gente da cidade fora, do que pessoas de fora do Município em Santa Branca. Muita gente foi embora por falta de opção de trabalho" (Fundo Social de Solidariedade).

Apesar disto, acredita-se que esta tendência venha se revertendo, nos últimos anos, devido a perspectiva de industrialização do Município.

As grandes indústrias dos municípios vizinhos, principalmente Jacareí e São José dos Campos, alocam parte da mão-de-obra de Santa Branca, indicando a existência da migração pendular.

"[...] por causa da profissão, já mudei muito de cidade e já morei aqui em 1987 quando estava na Avibrás [...] fui para São José para um tratamento médico, mas voltei para cá, esta cidade é muito tranqüila, pacata [...] agora, trabalho em Jacareí, na Brahma, como técnico de segurança do trabalho [...]" (J.C.C.S., migrante vindo de São José dos Campos).

No entanto, a Prefeitura indica que o Município não se caracteriza totalmente como dormitório.

Santa Branca possui um comércio local pequeno, sendo o Município de Jacareí a principal referência para os seus moradores. Além do comércio, busca-se prestação de serviços e lazer em municípios vizinhos.

O Município de Santa Branca vem crescendo em direção a região sul, rumo à Salesópolis. Nesta área estão sendo construídas, através de convênio entre a Prefeitura Municipal e o Governo do Estado, 50 casas populares, que serão entregues brevemente. O perímetro urbano do Município vem se estendendo às áreas rurais, que ocupam a maior parte da cidade, em virtude de loteamentos realizados por imobiliárias num período de 5 a 10 anos. De acordo com informações obtidas na Prefeitura, o Município não possui favelas.

Os principais investimentos em infra-estrutura realizados pela Prefeitura referem-se a área de educação, com a implantação do curso de Magistério e com a construção de duas Escolas Rurais, sendo um núcleo em direção a Guararema e, outro, a Salesópolis.

O Fundo Social de Solidariedade de Santa Branca não possui um atendimento específico a migrantes, *"o Município não apresenta este problema"*. As poucas pessoas que procuram o Fundo estão em busca de passagens para outros municípios maiores.

De acordo com a Prefeitura, os migrantes residentes no Município são bem recebidos pela população não havendo preconceitos em relação a eles.

"[...] o povo aqui é muito acolhedor" (I.R., migrante vindo de São José dos Campos).

"[...] no começo, a gente sente sim, eu sei porque eu já mudei para Paraibuna também e foi assim. No começo, o pessoal te olha meio assim, a cidade é pequena, todo mundo se conhece, todo mundo é parente de todo mundo, você acaba sendo meio diferente. Mas, depois se enturma, então não fica preconceito, mas não deixa de ser diferente" (V.T.L., migrante vindo de Paraibuna).

"[...] existe um preconceito sutil com relação às pessoas de fora. A aceitação no grupo precisa de tempo e conhecimento. As pessoas são fechadas, mas quem está quebrando um pouco isso são os mais jovens" (C.L.S.A., migrante vindo do Município de São Paulo).

Município de Monteiro Lobato

O Município de Monteiro Lobato tem sua economia baseada na agropecuária, apresentando tendências para um pequeno crescimento industrial e, conseqüentemente, na área de serviços.

Nos últimos anos, sua economia vem se dinamizando. Em período recente, houve a instalação de um setor da Indústria Alpargatas no Município, constituindo-se na maior empregadora, depois da Prefeitura (empregou uma média de 80 pessoas). Além disso, por ser próximo ao Município de Campos do Jordão, Monteiro Lobato vem adquirindo um potencial turístico, incentivando a implantação de serviços como restaurantes, supermercados, açougues, farmácias e atendimento médico.

Segundo a Prefeitura, este crescimento vem se dando de maneira ordenada. Apesar de haver o interesse em que indústrias se instalem no Município, há uma preocupação em se preservar certas características da cidade.

"[...] não queremos perder esta característica de cidade pacata, tranquila. Sinto que a população não quer perder este tipo de qualidade de vida [...] que é melhor do que a da cidade grande".

O principal objetivo deste crescimento é a absorção da mão-de-obra local no próprio Município, pois geralmente trabalham em São José dos Campos, compondo um quadro de migração pendular elevada.

"[...] moro aqui e trabalho em São Paulo, mas isto não é muito comum não, é mais fácil trabalhar nos municípios aqui do Vale [...] eu decidi mudar porque em São José a praça estava muito saturada [...]" (J.B.S., migrante vindo de São José dos Campos).

De acordo com informações obtidas junto à Prefeitura, acredita-se que o crescimento da

população de Monteiro Lobato se deva, em parte, ao desemprego existente nas grandes cidades, especialmente em São José dos Campos. Recentemente, observa-se que várias pessoas vindas deste Município têm se instalado na zona rural de Monteiro Lobato, principalmente em sítios. Isto é considerado bom, já que o Município estava passando por um esvaziamento de sua zona rural. Além disso, a Prefeitura tem procurado levar uma infra-estrutura básica para esta área, com o intuito de facilitar o atendimento, além de *"tentar segurar as pessoas onde nasceram"*.

"[...] tem muita gente da década de 80. Uns vieram atuar na zona rural, uns no comércio. Outros vieram por causa do sossego, tinha aposentado [...]. Por exemplo, este cidadão é paraibano e mora em São José, tá aqui tocando um comércio. Este que saiu daqui, [...] ele mora em São José e tem esse comércio aqui. Vieram ganhar a vida [...] se não estão morando aqui, tem até umas dificuldades para arrumar uma casa [...]" (J.B.S., migrante vindo de São José dos Campos).

Em relação a existência ou não de preconceitos ao migrante residente no Município:

"[...] normalmente, numa cidade pequena há certo cuidado, com relação à pessoas vindas de fora. Mas, após algum tempo de contato e conhecimento a relação é tranquila" (Prefeitura Municipal de Monteiro Lobato).

Assim como em Santa Branca, o Município de Monteiro Lobato não possui um serviço de atendimento específico ao migrante. O Departamento de Promoção Social recebe poucos casos e, geralmente, são pessoas em busca de passagens com destino a Campos do Jordão ou sul de Minas, que são fornecidas gratuitamente.

O perímetro urbano de Monteiro Lobato vem crescendo em direção aos locais onde a topografia se apresenta de forma menos acidentada.

O Município apresenta muitas áreas montanhosas, onde se tem o reflorestamento. Para a Prefeitura esta atividade vem trazendo um certo benefício para estas áreas, pois evita a erosão e as queimadas e preserva as nascentes. Nas épocas de plantio e de corte dos eucaliptos, as empreiteiras contratam a mão-de-obra e montam o acampamento no local de trabalho, assim como em Santa Branca, sem maiores impactos para o Município.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através das pesquisas institucionais e domiciliares realizadas na Região de Governo de São José dos Campos, pode-se perceber a tendência à consolidação dos seus principais municípios, baseados na atividade industrial, formando um bloco único e contínuo ao longo da Rodovia Presidente Dutra.

Sua rede urbana acompanha a mesma tendência, configurando-se um crescente processo de conurbação entre São José dos Campos, Jacareí e Caçapava. Além disso, observa-se que a Região de Governo de São José dos Campos vem crescendo em direção à Região de Governo de Taubaté e em direção à Região Metropolitana de São Paulo, com as quais mantém estreita ligação.

De acordo com as entrevistas institucionais realizadas, verifica-se para a década de 80, uma diminuição do fluxo migratório em direção à Região de Governo de São José dos Campos, em relação à década anterior, principalmente, em decorrência da grave crise econômica que a Região atravessa. Se na década de 70, a intensa migração foi importante para o abastecimento do crescente mercado de trabalho, para os anos 80, está sendo vista como um sério problema social, especialmente, para os grandes municípios.

Dentre os tipos de migração encontrados, destaca-se o movimento pendular, sendo que as trocas mais expressivas ocorrem entre São José dos Campos e Jacareí, São José dos Campos e Caçapava, de Santa Branca para Jacareí e de Monteiro Lobato para São José dos Campos. Há também trocas significativas com a Região de Governo de Taubaté e em menor escala com a Região Metropolitana de São Paulo.

Outro movimento populacional, específico da Região, ocorre em decorrência do reflorestamento, onde, em épocas de plantio e de corte dos eucaliptos, pode-se dizer que há uma migração "sazonal" intra-regional para os municípios onde esta atividade é realizada.

Com relação à migração interestadual, destaca-se a proveniente de Minas Gerais, especificamente da Região sul do Estado e, em menor intensidade, do Estado do Paraná. A esta some-se, também, a intra-estadual.

Cabe ressaltar que, constituindo-se em um importante polo industrial e científico para o Estado de São Paulo, a Região de Governo de São José dos Campos é alvo de uma migração de mão-de-obra especializada para abastecer este mercado de trabalho característico da Região. Por outro lado, a mão-de-obra não qualificada vem passando por sérias dificuldades para a sua inserção ou sua manutenção no mercado de trabalho, devido a atual conjuntura econômica do País, que vem atingindo com especial intensidade esta Região, principalmente o Município de São José dos Campos, onde estão concentradas as

maiores indústrias.

Percebe-se que este dinamismo econômico gerado pelo Município-sede da Região de Governo atinge também os municípios vizinhos, principalmente, aqueles localizados no eixo SP-RJ (Jacareí e Caçapava), os quais vêm se configurando como polos secundários de atração populacional, evidenciando um incipiente processo de desconcentração da população da sede regional.

Para finalizar, é interessante observar que, em alguns casos, os pequenos municípios da Região de Governo também vêm servindo como alternativa na busca de moradia e de melhores condições de vida.

REFERÊNCIAS

- BAENINGER, R. O processo de urbanização no Brasil: características e tendências. In: BÓGUS, L. M. M.; WANDERLEY, L. E. W. (Org.). **A luta pela cidade em São Paulo**. São Paulo, SP: Cortez, 1992.
- BÓGUS, L. M. M.; BAENINGER, R. Migração interna no Estado de São Paulo: regionalização econômica e redistribuição populacional. **Conjuntura Demográfica**, São Paulo, SP, 1990.
- CAMARGO, A. B. M.; ORTIZ, L. P. **Região do Vale do Paraíba**: mudanças recentes em uma área de povoamento antigo. São Paulo, SP: Fundação SEADE, 1985. (Análise Demográfica Regional 4).
- CANO, W. **O processo de interiorização da indústria paulista-1920/1980**. São Paulo, SP: Fundação SEADE, 1988.
- _____. **Raízes da concentração industrial no Estado de São Paulo**. 2.ed. São Paulo, SP: DIFEL, 1977.
- CUNHA, J. M. P.; RODRIGUES, I. Processos migratórios: uma perspectiva regional. **Revista São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, SP, v. 3, n. 3, p. 60-68, 1989.
- DIAGNÓSTICO da 3ª. Região Administrativa: Vale do Paraíba. São Paulo, SP: Secretaria de Economia e Planejamento-SEPLAN/CAR, 1973.
- ELIAS, C. M. C. **Migração no Interior do Estado de São Paulo**: Região de Governo de São José dos Campos. São Paulo, SP: Fundação SEADE, 1991. (Relatório de Bolsista de Aperfeiçoamento-CNPq).
- FUNDAÇÃO SEADE. **O novo retrato de São Paulo**. São Paulo, SP, 1993.
- _____. **Migração no Interior do Estado de São Paulo. Informe Demográfico**, São Paulo, SP, n. 23, 1990.
- IBGE. **Censo Demográfico do Estado de São Paulo 1980**. Rio de Janeiro, RJ, 1980.
- _____. **Censo Demográfico do Estado de São Paulo 1970**. Rio de Janeiro, RJ, 1970.
- _____. **Censo Demográfico do Estado de São Paulo 1960**. Rio de Janeiro, RJ, 1960.
- _____. **Censo Demográfico do Estado de São Paulo 1950**. Rio de Janeiro, RJ, 1950.
- _____. **Censo Demográfico do Estado de São Paulo 1940**. Rio de Janeiro, RJ, 1940.
- MARTINE, G. Migração e metropolização. **Revista São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, SP, v. 1, n. 2, 1987.
- PACHECO, C. A. **A Região Administrativa do Vale do Paraíba**. São Paulo, SP: Fundação SEADE, 1992. (Coleção São Paulo no limiar do Século XX).
- _____. **Explosão urbana regional e demandas sociais no Estado de São Paulo 1970-1985**: São José dos Campos. Campinas, SP: Unicamp, 1988. (Mimeo).
- SECRETARIA DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO-SEPLAN/CAR. **O Interior pelo Interior**: diagnóstico Regional de São José dos Campos. São Paulo, SP: Coordenadoria de Ação Regional, 1991.

ANEXOS I

RELAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES ENTREVISTADAS

1. Município de São José dos Campos

- ERI (Escritório Regional de Integração)
- Secretaria de Planejamento Urbano. Divisão de Pesquisa e Teoria
- Secretaria de Desenvolvimento Social
- Sindicato dos Metalúrgicos
- Câmara Municipal

2. Município de Jacareí

- Secretaria de Planejamento Urbano
- Secretaria do Bem-Estar Social

3. Município de Caçapava

- Secretaria de Planejamento Urbano: Assessoria de Comunicação Social
- Secretaria de Promoção Social

4. Município de Santa Branca

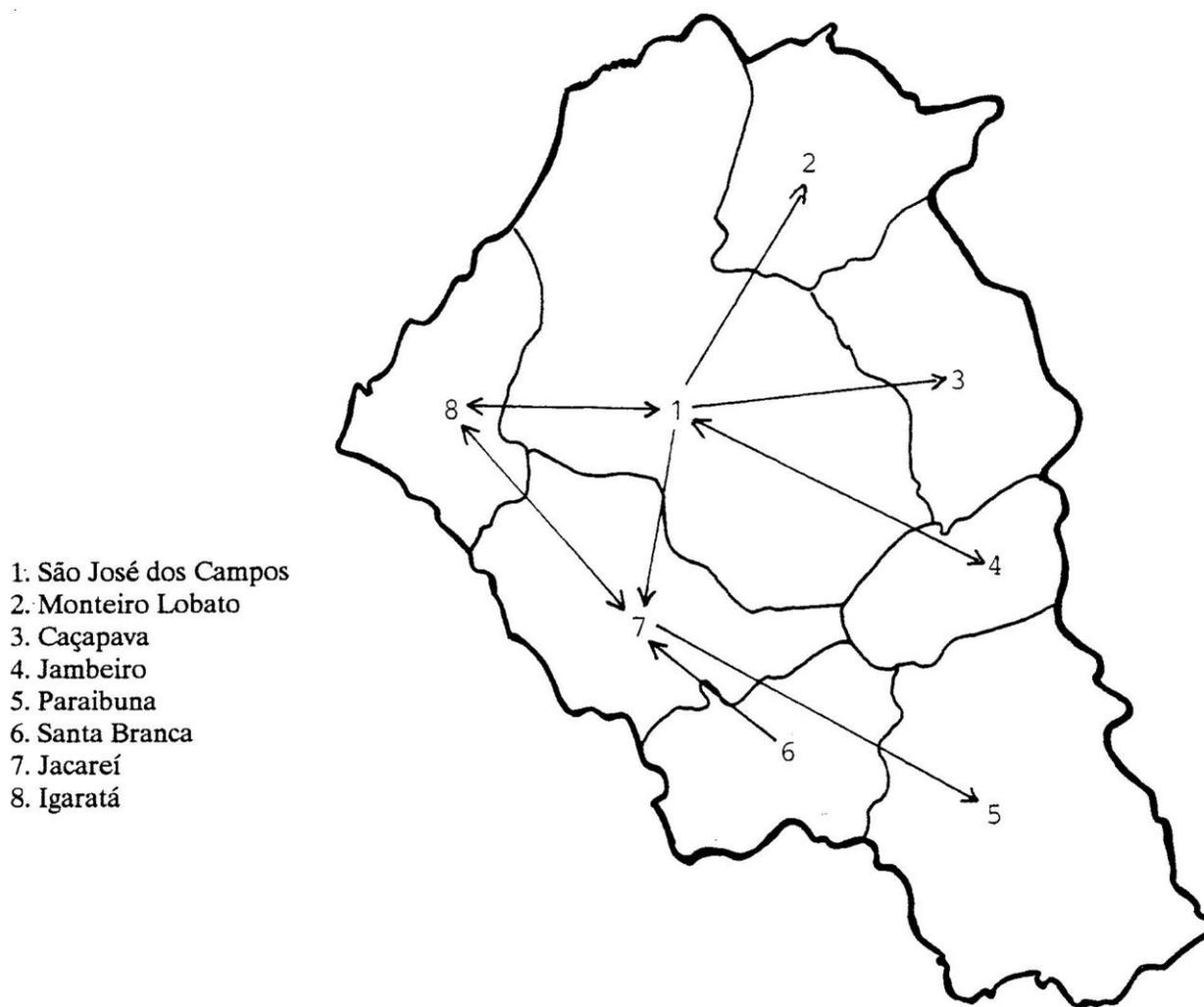
- Departamento de Engenharia
- Fundo Social de Solidariedade

5. Município de Monteiro Lobato

- Prefeitura Municipal
- Departamento de Promoção Social

ANEXOS II

MAPA 1 – Trocas Migratórias mais Expressivas - Região de Governo de São José dos Campos
1970/80



Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 1980. Tabulações Especiais. Fundação SEADE (1989).

REGIÃO DE GOVERNO DE MARÍLIA

Marta Rovey Souza*
Rosana Baeninger**



* Pesquisadora do Núcleo de Estudos de População NEPO/UNICAMP e Doutoranda em Ciências Sociais - IFCH/UNICAMP.

** Pesquisadora do Núcleo de Estudos de População - NEPO/UNICAMP e Doutoranda em Ciências Sociais - IFCH/UNICAMP.

EQUIPE

Coordenadora

Neide Lopes Patarra

Coordenadora-Adjunta

Lúcia M. Machado Bógus

Coordenadoras da Região de Governo de Marília

Marta Rovey Souza

Rosana Baeninger

Estagiária

Patrícia Duarte Miranda (CNPq)

Apoio Computacional

Vanessa Bento Cabral (CNPq)

Renato Sbizzera (FAPESP)

RESUMO

A Região de Governo de Marília constitui uma das áreas do Estado de São Paulo com maior diversidade em suas atitudes agrícolas (café, amendoim, algodão, soja, melancia, entre outras), além do desenvolvimento de atividades pecuárias. Esta última, aliás, expandiu-se crescentemente, contribuindo, em contrapartida, para menor absorção de mão-de-obra, e o conseqüente êxodo rural. Durante várias décadas essa Região foi caracterizada como uma área de emigração no contexto estadual. Atualmente, a Região começa a ensaiar novos contornos em seus movimentos migratórios, particularmente os intra-regionais, contribuindo para a diminuição de saldos migratórios negativos bem como para a consolidação do Município de Marília como importante capital regional.

ABSTRACT

The Região de Governo de Marília has a diversified agricultural activity, and possesses a developer cattle breeding. Although it characterized, since the 50's, as a region which population migrates to the other most favorable areas, the situation has changed during the last years. The region has experienced a process of industrial increase growth, which contributes to the employment of the local labor force.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	47
DINÂMICA DEMOGRÁFICA REGIONAL	49
Evolução da população 1940/1991.....	49
Movimentos migratórios inter e intra-regionais	56
PESQUISA DE CAMPO	61
Aspectos metodológicos.....	61
Região de Governo de Marília: agropecuária diversificada e indústria incipiente	62
REFERÊNCIAS.....	68
ANEXOS I.....	69
ANEXOS II.....	70

INTRODUÇÃO

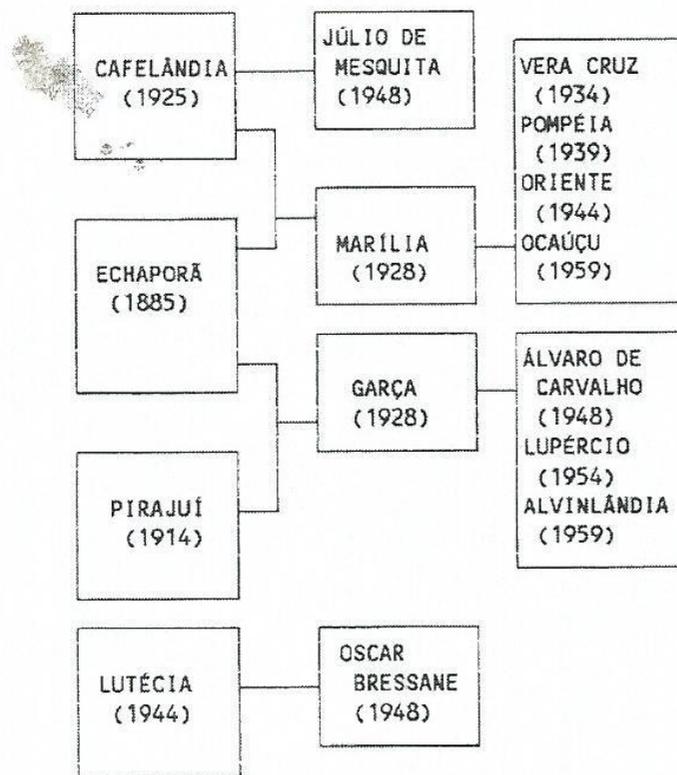
A Região de Governo (RG) de Marília, juntamente com as regiões de Ourinhos, Assis e Tupã, faz parte da Região Administrativa (RA) de Marília. Localizada na porção centro-oeste do Estado de São Paulo, a Região de Governo de Marília conta com treze municípios: Álvaro de Carvalho, Alvinlândia, Echaporã, Gália, Garça, Júlio Mesquita, Lupércio, Marília, Ocaúçu, Oriente, Oscar Bressane, Pompéia e Vera Cruz. A rede hidrográfica da Região é formada, basicamente, pelos rios do Peixe e Tibiriçá/Aguapeí.

O processo de povoamento da Região teve seu início no final do século passado com a plantação das primeiras mudas de café em áreas localizadas entre esses dois importantes rios. A expansão da cultura cafeeira, para o oeste do Estado, beneficiou-se das estradas de ferro já existentes (Sorocabana e Companhia Paulista), e dos novos caminhos rodoviários abertos a partir do início deste século, o que estimularam a ocupação da área (Zimmermann, 1992) e o surgimento de importantes municípios.

"O desenvolvimento da lavoura do café no centro-oeste paulista juntamente com a expansão ferroviária e a migração estrangeira, após o final da Primeira Guerra Mundial, culminaram no surgimento dos municípios de Gália (1927), Garça (1928) e Marília (1928)" (ERI/SEP, 1990:10).

De fato, os principais centros urbanos da Região, como os acima mencionados foram instalados por volta dos anos 20 (Quadro I) e desses foi desmembrada a maior parte dos municípios da área.

QUADRO I – Desmembramentos de Municípios RG de Marília



Fonte: Fundação SEADE. Informe Demográfico nº1.

Os municípios de Vera Cruz, Pompéia, Gália e Garça foram criados em função das estações ferroviárias. Os demais, que compõem a Região, surgiram com a expansão das lavouras do café, embora não fossem servidos pela estrada de ferro.

As terras férteis da Região contribuíram para a diversificação agrícola em solos não propícios à cultura cafeeira. Nesse sentido, destacaram-se as produções de arroz, milho, batata e feijão, além do plantio do algodão até os anos 30. É preciso ressaltar que a imigração japonesa teve um papel importante na maior diversificação dos produtos regionais, principalmente, no que diz respeito ao cultivo de cereais, sobretudo o arroz, o que levou a um maior crescimento da produção de alimentos (CANO, 1988).

Com a crise de 1929, e a conseqüente crise do café, intensificaram-se as plantações de algodão, de amendoim, de cana-de-açúcar, e parte das antigas lavouras foram transformadas em pastagens. "Mesmo concorrendo com outros produtos agrícolas, o café não deixou de ter lugar de destaque na Região. Paralelamente à substituição de culturas, desenvolveu-se a plantação de novos cafezais em moldes mais modernos" (ERI/SEP, 1991, p. 11).

Apesar do aumento das áreas voltadas para pastagens, em detrimento da lavoura, o café continua sendo o principal produto e o responsável pelo crescimento da Região, pois a coloca em 2º lugar, em número de sacas, entre as regiões produtoras do Estado de São Paulo.

A pecuária, em grau de importância econômica, vem a seguir. Em pleno processo de expansão, esta vem se caracterizando como do tipo extensivo com pouca absorção de mão-de-obra.

"[...] houve uma redução de mais de 50% do plantio de café, que é a cultura permanente e que absorvia mão-de-obra o ano todo; aqui o resto é pecuária e já se sabe que ela socialmente é um desastre. [...] a pecuária só é importante para o produtor, como redistribuidora de renda ela é péssima" (DIRA/Marília).

No setor secundário da Região predomina a agroindústria que utiliza como insumo a produção advinda do campo. As culturas do algodão e amendoim deram origem às primeiras indústrias de grande porte, com a produção de óleo vegetal e tecidos. Mas, de modo geral, o parque industrial da Região encontra-se ainda em estágio embrionário de desenvolvimento, quando comparado com o das áreas mais industrializadas do Estado. É composto de pequenas empresas com reduzida capacidade de geração de atividades subsidiárias, e, conseqüentemente, absorve parcela reduzida da mão-de-obra regional. De fato, em 1980, apenas 20% da População Economicamente Ativa (PEA) da Região estava inserida no setor secundário da economia, enquanto que 36,5% alocava-se no setor primário e 43,5% no setor terciário (FUNDAÇÃO SEADE, 1990).

As atividades terciárias na Região são polarizadas, particularmente, pelos municípios de Marília e Garça, destacando-se o comércio varejista, a rede bancária e os serviços básicos. A elevada participação da PEA regional nesse setor, como apontado acima, ilustra a importância do desenvolvimento dessas atividades na área.

Com o projeto do Governo Estadual de prolongamento da Rodovia Castello Branco (trecho São Pedro do Turvo-Quatá), a Região de Marília poderá contar com melhor acesso rodoviário, beneficiando-se, portanto, da circulação de atividades econômicas e de população.

DINÂMICA DEMOGRÁFICA REGIONAL

Evolução da população 1940/1991

O acompanhamento da evolução da população da Região de Governo de Marília, de 1940 a 1991,

permite visualizar momentos de significativo aumento populacional e outros de retrocesso. Caracterizada por uma forte presença de atividades agropecuárias, esta Região sofreu de maneira expressiva as consequências do processo de modernização agrícola no Estado e os impactos do êxodo rural².

Em 1940, a RG de Marília contava com 245.869 habitantes; passados cinquenta anos, alcançou a casa dos 274 mil. O baixo crescimento populacional dessa área deveu-se à enorme evasão populacional da zona rural em direção aos centros urbanos paulistas mais dinâmicos, particularmente à Grande São Paulo. Já no período 1940/50, a taxa de crescimento da população rural havia registrado índice negativo de 0,82% a.a. Esta tendência acentuou-se entre 1960/70 quando a taxa de crescimento da população rural passou a ser de -4,79% a.a. Nas últimas décadas essa taxa diminuiu, ficando em torno de -3,5% a.a. (Tabela 1).

TABELA 1 – Evolução da população segundo situação domiciliar - RG de Marília 1940/1991

PERÍODOS	POPULAÇÃO TOTA	TAXAS DE CRESCIMENTO (%a.a.)			POPULAÇÃO REGIÃO/ESTADO (%)
		TOTAL	URBANA	RURAL	
1940	245.869	-0,18	1,46	-0,82	3,42
1950	241.395	0,38	3,62	-1,19	2,64
1960	250.829	-1,27	-2,45	-4,79	1,96
1970	220.826	0,70	2,91	-3,49	1,24
1980	236.708	1,35	2,69	-3,49	0,95
1991	274.475				0,88

Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1940 e 1980. Resultados Preliminares do Censo de 1991.

Por outro lado, as taxas de crescimento da população urbana têm se apresentado positivas ao longo do período 1940/1991, muito embora seu crescimento não tenha sido proporcional aos índices negativos verificados na área rural. Isto significa que a população oriunda do campo não foi absorvida totalmente pelas áreas urbanas da Região.

A maior taxa de crescimento urbano na Região foi registrada no período 1950/60 (3,62% a.a.), diminuindo esse ritmo nos anos seguintes; no período 1980/91 registrou 2,69% a.a. Embora caracterizada como área de emigração, as taxas de crescimento da população total apontam para uma inversão dessa tendência, particularmente a partir dos anos 70 e ao longo da década de 80.

Os períodos 1940/50 e 1960/70 foram marcados por uma diminuição, em números absolutos, da população total da RG de Marília, com taxas de crescimento de -0,18% a.a. e -1,27% a.a.,

² Veja-se a respeito: Muller (1985); Rodrigues e Giraldelli (1983).

respectivamente.

No período 1940/50 o decréscimo populacional pode estar relacionado à penetração e expansão das atividades pecuárias na Região (atividade esta que absorve menor volume de mão-de-obra), à diminuição do cultivo do café e ao aumento das culturas temporárias como o algodão e o amendoim (ZIMMERMANN, 1992). Essas transformações na estrutura produtiva regional contribuíram para o enorme êxodo rural desse período.

Na década de 50, observou-se uma ligeira recuperação populacional, quando sua taxa de crescimento passou a ser positiva (0,38% a.a.). Possivelmente isto ocorreu em função da implantação de indústrias de beneficiamento do caroço, tanto do algodão quanto do amendoim (Prefeitura Municipal de Marília, 1990), pois permitiu um fluxo populacional em direção aos centros urbanos locais, particularmente para o Município de Marília, que nesse período obteve acréscimos populacionais significativos.

"[...] na década de 50 houve um surto de atração populacional gerado pela vinda de indústrias de beneficiamento de algodão e amendoim, como foi o caso das indústrias Matarazzo e da Nestlé aqui em Marília" (M., DIRA/Marília).

Nos anos 60, o crescimento da lavoura canavieira na área deu origem à utilização de trabalhadores volantes na agricultura local, embora o café não tivesse perdido sua importância. Além disso, o processo de modernização agrícola - iniciado nessa década - com a utilização de máquinas e insumos agrícolas e a expansão da pecuária extensiva contribuíram fortemente para a redução da mão-de-obra empregada no setor agropecuário. Em decorrência, houve uma redução do volume populacional da Região entre 1960/70.

"[...] com o surgimento na década de 60 das leis trabalhistas, o agricultor passou a optar pelos bóias-frias, com medo dos custos da vinculação dos empregados" (DIRA/Marília).

Nos anos 70, a taxa de crescimento da população total voltou a ser positiva (0,70% a.a.), superando aquela registrada no período 1950/60 (0,38% a.a.) e chegando a 1,35% a.a., no período 1980/91.

Como pode ser observado, a Região consolidou-se com base na agropecuária, ostentando uma lavoura bastante diversificada, onde, além do café, amendoim, algodão e cana-de-açúcar, destacaram-se

culturas de subsistência como o arroz, o feijão, o milho e a mandioca (FUNDAÇÃO SEADE, 1990).

É importante ressaltar que embora o processo de modernização agrícola na Região tenha apresentado como consequência o enorme êxodo rural, ele trouxe melhoria dos cultivos com aumento da produtividade e da área plantada (MULLER, 1985).

Nos anos 70 observou-se, também, que o processo de interiorização da indústria³ começou a atingir a Região, embora em menor intensidade do que nas áreas mais dinâmicas, com a implantação de parques industriais não somente ligado à produção agrícola, mas também à pecuária, como o caso da indústria de laticínios.

Recentemente, a Região tem apresentado um incremento em sua base industrial, consolidando o ramo alimentício (LEME, 1992). Este fator pode ter contribuído para o aumento populacional verificado nos anos 80. Além disso, a crise econômica que tem afetado de maneira mais incisiva a Região Metropolitana de São Paulo (principal destino dos migrantes que partiam dessa área) pode ter "freado" o processo emigratório verificado em décadas anteriores.

De fato, no contexto intra-regional observa-se que alguns municípios da RG de Marília apresentaram recuperação em sua tendência populacional da década de 70 para 80, registrando índices positivos em suas taxas de crescimento populacional, anteriormente negativas (Tabela 2).

³ Veja-se Cano (1988).

TABELA 2– População total segundo Municípios - Região de Governo de Marília - 1970, 1980 e 1991

MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO TOTAL			DISTRIBUIÇÃO RELATIVA (%)			TAXA DE CRESCIMENTO (% a.a.)	
	1970	1980	1991	1970	1980	1991	1970/80	1980/91
Álvaro de Carvalho	4.200	3.919	3.128	1,90	1,65	1,17	-0,69	-2,03
Alvinlândia	3.020	3.464	2.540	1,37	1,46	0,96	1,38	-2,78
Echaporã	7.684	5.684	6.303	3,48	2,40	2,38	-2,97	0,94
Gália	12.628	11.793	10.492	5,72	4,98	3,95	-0,68	-1,06
Garça	37.358	39.939	41.376	16,92	16,87	15,59	0,67	0,32
Júlio de Mesquita	4.661	4.584	3.849	2,11	1,94	1,44	-0,17	-1,58
Lupércio	4.588	3.497	4.067	2,08	1,48	1,53	-2,68	1,38
Marília	98.176	121.774	160.872	44,46	51,44	57,21	2,18	2,56
Ocaúçu	5.955	4.831	4.295	2,70	2,04	1,62	-2,07	-1,06
Oriente	8.781	6.469	6.797	3,98	2,73	2,56	-3,01	0,45
Oscar Bressane	4.199	3.068	2.534	1,90	1,30	0,96	-3,09	-1,72
Pompéia	17.877	16.257	17.195	8,09	6,87	6,47	-0,95	0,51
Vera Cruz	11.699	11.429	11.027	5,30	4,83	4,15	-0,23	-0,32
TOTAL	220.826	236.708	274.475	100,00	100,00	100,00	0,70	1,35

Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1970 e 1980. Resultados Preliminares do Censo de 1991

Municípios como Echaporã, Lupércio, Oriente e Pompéia, áreas tradicionalmente de emigração, parecem ensaiar, a partir dos anos 80, novos rumos em seus crescimentos populacionais, passando de taxas negativas para positivas. O Município de Marília apresentou ligeiro aumento em sua taxa de crescimento populacional (de 2,18% a.a., em 70/80, para 2,56% a.a., no período 80/91). Os demais municípios da Região ainda compõem o grupo que seguiram apresentando, nos anos 80, taxas negativas de crescimento populacional, embora, em alguns casos, menores que as da década de 70, como Ocaúçu e Oscar Bressane.

À medida que a Região foi se consolidando economicamente sua base populacional foi se tornando cada vez mais urbana. Em 1970, 59% da população regional vivia em localidades urbanas; em 1991, 84% (Tabela 3). Ainda em 1970, apenas Marília, Garça e Pompéia apresentavam grau de urbanização superior a 50% (77%, 60% e 53%, respectivamente), nos demais municípios girava em torno de 20 a 30% a participação da população residente em áreas urbanas.

Em 1980, a média regional da participação da população urbana saltou para 73%, destacando-se os graus de urbanização dos municípios de Álvaro de Carvalho (que passou de 27%, em 1970, para 44% em 1980), Echaporã (de 29% para 59% respectivamente) e Júlio Mesquita (de 25%, em 1970, para 45%, em 1980), além dos já mencionados municípios de Marília, Garça e Pompéia, que seguiram aumentando a participação de suas populações urbanas em seus totais populacionais.

TABELA 3 – População segundo situação domiciliar - Região de Governo de Marília - 1970, 1980 e 1991

MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO URBANA			POPULAÇÃO RURAL			TAXA CRESCIMENTO (% a.a.)				GRAU DE URBANIZAÇÃO (%)		
	1970	1980	1991	1970	1980	1991	URBANA		RURAL		1970	1980	1991
							70/80	80/91	70/80	80/91			
Álvaro	1.152	1.710	1.791	3.048	2.209	1.337	4,02	0,42	-3,16	-4,46	27,43	43,63	57,26
Carvalho													
Alvinlândia	1.208	1.348	1.901	1.812	2.116	639	1,10	3,17	1,56	-10,31	40,00	38,89	74,84
Echaporã	2.236	3.322	4.154	5.448	2.362	2.149	4,03	2,05	-8,01	-0,85	29,10	58,62	65,91
Gália	4.452	4.529	5.401	8.176	7.264	5.091	0,17	1,61	-1,17	-3,18	35,25	38,44	51,48
Garça	22.609	27.246	32.422	14.749	12.693	8.954	1,88	1,59	-1,49	-3,12	60,52	68,23	78,36
Júlio	1.165	2.075	3.194	3.496	2.509	655	5,94	3,99	-3,26	-11,49	24,99	45,31	82,98
Mesquita													
Lupércio	1.003	1.071	1.638	3.585	2.426	2.429	0,65	3,93	-3,83	0,01	21,86	30,80	40,27
Marília	75.953	107.299	150.258	22.223	14.475	10.614	3,51	3,10	-4,19	-2,78	77,36	88,21	93,40
Ocauçu	1.246	1.467	2.071	4.709	3.364	2.224	1,64	3,18	-3,30	-3,69	20,92	30,43	48,22
Oriente	2.097	2.540	3.795	6.684	3.929	3.002	1,93	3,71	-5,17	-2,41	23,88	39,36	55,83
Oscar	1.069	1.087	1.624	3.130	1.981	910	0,16	3,71	-4,47	6,82	25,46	35,37	64,41
Bressane													
Pompéia	9.563	12.062	14.949	8.314	4.195	2.246	2,34	1,97	-6,61	-5,52	53,49	74,24	86,94
Vera Cruz	5.764	6.869	8.003	5.935	4.560	3.024	1,76	1,39	-2,60	-3,66	49,27	60,01	72,58
TOTAL	129.517	172.625	231.201	91.309	64.083	43.274	2,91	2,69	-3,47	-3,50	58,65	72,99	84,23

Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1970 e 1980. Resultados Preliminares do Censo de 1991.

Os anos 80 confirmaram a tendência anterior. Em 1991 apenas dois municípios da Região registraram grau de urbanização inferior a 50%: Ocauçu (48%) e Lupércio (40%). Agrupando-se os demais municípios em dois conjuntos, verifica-se que os municípios de Álvaro de Carvalho, Echaporã, Gália, Oriente e Oscar Bressane registraram entre 50% e 75% de pessoas residindo em áreas urbanas de seus municípios. Marília, Pompéia, Vera Cruz, Júlio Mesquita, Garça e Alvinlândia compõem o grupo com graus de urbanização entre 75% e 93%, em 1991.

"[...] a saída da população rural para a cidade ainda foi intensa nessa década, mas sem dúvida não ocorreu com a mesma intensidade da década de 70" (ERI/Marília).

As taxas de crescimento da população urbana e rural dos municípios que compõem a RG de Marília no período 1970/80 e 1980/91 confirmam a forte urbanização por que vem passando a Região. Ainda na Tabela 3 é possível observar as elevadas taxas negativas da população rural nos períodos acima mencionados.

No período 1970/80 apenas Alvinlândia havia registrado taxa positiva de crescimento da população rural (1,55% a.a.), chegando alguns municípios como Echaporã, Pompéia e Oriente a apresentar taxas negativas superiores a 5% a.a. No período 1980/91 essa tendência se acentuou e todos

os municípios passaram a registrar taxas negativas de crescimento rural, sendo que, para a maioria deles, as taxas negativas do período 80/91 foram bastante superiores ao do período 70/80, como, por exemplo, Júlio Mesquita que passou de -3,3% a.a., em 1970/80, para -11,5% a.a., nos anos 80. A população rural regional caiu para mais da metade nas últimas duas décadas: de 91 mil em 1970, para 43 mil pessoas, em 1991.

"[...] o movimento migratório mais característico, sem dúvida, foi o rural/urbano; hoje, a zona rural na Região como um todo é quase inexistente" (ERI/Marília).

Em contrapartida, as taxas de crescimento da população urbana têm se apresentado positivas nas duas últimas décadas para todos os municípios. O ritmo de crescimento da população urbana da RG de Marília manteve-se, mais ou menos, estável nos períodos 1970/80 e 1980/91, com ligeiro declínio nesse último: 2,92% a.a. e 2,69% a.a., respectivamente.

A década de 70 marcou o crescimento urbano de alguns municípios, como Álvaro de Carvalho, Echaporã, Júlio Mesquita, Pompéia; municípios cuja pequena base populacional urbana resultou nas maiores taxas de crescimento urbano do período na Região. No período 1980/91, verifica-se que o Município-sede da Região de Marília continuou exibindo taxas de crescimento urbano em torno de 3% a.a. e, juntamente com ele, os municípios de Oscar Bressane, Ocaucú, Oriente, Lupércio, Júlio Mesquita e Alvinlândia que registraram taxas superiores a 3% a.a. Desse modo, alguns municípios da RG de Marília apresentaram, no período 1980/91, taxas de crescimento urbano superiores à verificada para o Estado de São Paulo que foi de 2,95% a.a. nesse mesmo período.

O crescimento urbano verificado na RG de Marília, nos períodos em estudo, aponta para uma migração campo-cidade intra e intermunicipal bem como para um possível fluxo migratório, embora pequeno, de outras regiões e Estados em direção às áreas urbanas dos municípios da RG. Tal crescimento pode estar evidenciando uma recuperação populacional da Região, partindo para uma nova tendência regional: de atração ou, pelo menos, de retenção populacional.

"[...] nós aqui recebemos mais migrantes é da Região mesmo, a não ser que haja algum problema de geada ou seca no Paraná" (Prefeito de Echaporã).

Movimentos Migratórios Inter e Intra-Regionais

A década de 60 representou para a RG de Marília uma perda populacional expressiva, com um saldo migratório negativo de 81.990 pessoas; todos os municípios da RG apresentaram saldos negativos, destacando-se Marília, com -12 mil pessoas, e Pompéia, com -26 mil.

Já no período 1970/80, pôde-se observar ligeira recuperação populacional da área, que embora continuasse registrando saldo migratório negativo, foi bastante inferior ao da década anterior: 28 mil pessoas (Tabela 4). Foi nessa década que o Município de Marília passou a registrar saldo migratório positivo, cabendo aos municípios de Pompéia, Júlio Mesquita, Alvinlândia, Álvaro de Carvalho e Lupércio reduções expressivas em seus saldos negativos, representando um arrefecimento no ritmo de evasão populacional nessas áreas.

TABELA 4 – Evolução da população total por Município segundo seus componentes - Região de Governo de Marília - 1970/1980

MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO TOTAL		CRESCIMENTO ABSOLUTO	SALDO		TAXA CRESCIMENTO 1970/80
	1970	1980		VEGET.	MIGRAT.	
Álvaro Carvalho	4.200	3.919	-281	564	-845	-0,69
Alvinlândia	3.020	3.464	444	761	-317	1,38
Echaporã	7.684	5.684	-2.000	1.247	-3.247	-2,97
Gália	12.628	11.793	-835	2.354	-3.189	-0,68
Garça	37.358	39.939	2.581	7.941	-5.360	0,67
Júlio Mesquita	4.661	4.584	-77	777	-854	-0,17
Lupércio	4.588	3.497	-1.091	757	-1.848	-2,68
Marília	98.176	121.774	23.598	21.163	2.435	2,18
Ocauçu	5.955	4.831	-1.124	1.156	-2.280	-2,07
Oriente	8.781	6.469	-2.312	1.179	-3.491	-3,01
Oscar Bressane	4.199	3.068	-1.131	560	-1.691	-3,09
Pompéia	17.877	16.257	-1.620	4.023	-5.643	-0,95
Vera Cruz	11.699	11.429	-270	2.386	-2.656	-0,23
TOTAL	220.826	236.708	44.841	44.868	-28.986	0,70

Fonte: Fundação SEADE (1993).

Na década de 70, o Interior paulista experimentou acentuado deslocamento populacional; áreas tradicionalmente de emigração passaram a receber significativos fluxos migratórios, embora continuassem, em menor volume, a "expulsar" contingentes populacionais (FUNDAÇÃO SEADE, 1990).

A RG de Marília recebeu na década 70 cerca de 34 mil migrantes, dos quais 74% foram provenientes do próprio Estado de São Paulo. Ou seja, a Região exerceu poder de atração populacional em âmbito intra-estadual, particularmente proveniente de regiões bastante próximas, como Bauru, Tupã,

Lins, Assis, Adamantina⁴ (Tabela 5).

Torna-se interessante observar o fluxo oriundo da Região Metropolitana de São Paulo em direção a RG de Marília, cerca de 5 mil pessoas, que indica uma tendência de desconcentração populacional no Estado.

O volume migratório interestadual foi bastante pequeno para a RG de Marília na década de 70 (9 mil pessoas); sendo que 69% desses fluxos tiveram origem no Estado do Paraná, 12% na Região Nordeste, e 8% no Estado de Minas Gerais.

TABELA 5 – Fluxos migratórios inter-regionais e intra-estaduais numericamente mais importantes segundo a origem dos imigrantes - Região de Governo de Marília - 1970/80

ORIGEM DOS IMIGRANTES	TOTAL	(%)
Total Geral	34.758	100,00
Total do Estado	25.587	73,61
RM de São Paulo	5.601	21,89
Bauru	3.878	15,15
Tupã	2.651	10,36
Lins	2.590	10,12
Assis	2.169	8,48
Adamantina	1.366	5,34
Dracena	706	2,76
Araçatuba	669	2,61
Outros Municípios	5.957	23,28
Outros Estados	9.171	26,39
Minas Gerais	717	2,06
Região Nordeste	1.068	3,07
Paraná	6.332	18,22

Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 1980. Fundação SEADE. Tabulações Especiais, 1991.

Embora a RG de Marília tivesse recebido fluxos imigratórios importantes nos anos 70, seu volume emigratório foi bastante superior: 58 mil pessoas em direção a outras regiões do próprio Estado⁵. Tais emigrantes tiveram como destino a Região Metropolitana de São Paulo (cerca de 18 mil pessoas),

⁴ As tabulações especiais do Censo Demográfico de 1980 foram realizadas em etapa anterior e contou, especificamente no caso da RG de Marília, com a elaboração e sistematização das informações elaboradas por Paulo B. Maia, bolsista de Aperfeiçoamento do CNPq, na Fundação SEADE.

⁵ Com a fita de 25% do Censo Demográfico de 1980 do Estado de São Paulo não é possível identificar o destino dos migrantes que deixaram a Região em direção a outras Unidades da Federação.

Campinas (8 mil), Bauru (7 mil), Jundiaí (3 mil); ou seja, para as regiões mais dinâmicas do Estado (Tabela 6).

Através das trocas líquidas populacionais, ou seja, a diferença entre o volume de imigração e emigração entre duas localidades, é possível observar, através das Tabelas 5 e 6, que a RG de Marília perdeu população em suas trocas populacionais para a Região Metropolitana de São Paulo (12.388 pessoas) e para demais áreas dinâmicas, enquanto que nas trocas com as regiões próximas, os ganhos populacionais couberam a RG de Marília, como no caso de Assis, Adamantina, Ourinhos e Tupã.

TABELA 6 – Fluxos migratórios inter-regionais e intra-estaduais numericamente mais importantes segundo o destino dos emigrantes - Região de Governo de Marília - 1970/80

ORIGEM DOS EMIGRANTES	TOTAL	(%)
Total do Estado	25.587	73,61
RM de São Paulo	5.601	21,89
RG Bauru	3.878	15,15
RG Tupã	2.651	10,36
RG Lins	2.590	10,12
RG Assis	2.169	8,48
RG Adamantina	1.366	5,34
RG Dracena	706	2,76
RG Araçatuba	669	2,61
Outras Regiões	5.957	23,28

Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 1980. Tabulações Especiais. Fundação SEADE, 1991.

No contexto intra-regional, 16.764 pessoas declararam ter mudado de residência, pelo menos uma vez, na década de 70, sendo que os fluxos migratórios mais expressivos dirigiram-se ao Município de Marília, tendo como procedência os municípios de Garça, Vera Cruz e Echaporã (Tabela 7).

"[...] o movimento migratório forte que existiu, e existe aqui na Região, é dos municípios vizinhos para Marília, mas este não ocorre em nível de causar preocupação; é para nós uma contingência natural" (ERI/Marília).

Garça se destacou como um subcentro de atração intra-regional, recebendo migrantes de Gália, Vera Cruz e Marília.

"[...] garça funciona muito como um subpólo da Região, ela polariza os serviços de saúde, temos aqui 2 hospitais clínicos e 4 psiquiátricos. Garça serve como centro de referência à municípios como: Lupércio, Alvinlândia, Gália, Álvaro de Carvalho" (Secretaria de Saúde - Garça).

Os municípios de Vera Cruz e Gália vêm a seguir como importantes subcentros regionais de atração populacional. Gália recebeu expressivo volume migratório de Garça (mais de mil pessoas) e Vera Cruz fluxos provenientes de Marília (MAPA 1, em Anexo II). Essa dinâmica migratória intra-regional pode estar trazendo novas feições à Região, que anteriormente perdia população para outros centros urbanos.

TABELA 7 – Fluxos migratórios intra-regionais numericamente mais importantes segundo os Municípios Região de Governo de Marília - 1970/1980

MUNICÍPIOS		VALOR ABSOLUTO	(%)
DESTINO	ORIGEM		
Álvaro de Carvalho	Gália	67	9,72
	Garça	500	72,57
	Marília	80	11,41
	Outros Municípios	42	6,10
	Total	689	100,00
Alvinlândia	Garça	99	26,12
	Lupércio	73	19,26
	Pompéia	96	25,33
	Outros Municípios	111	29,29
	Total	379	100,00
Echaporã	Marília	216	58,86
	Oscar Bressane	98	26,70
	Outros Municípios	53	14,44
	Total	367	100,00
Gália	Garça	1.031	61,37
	Marília	198	11,79
	Outros Municípios	451	26,85
	Total	1.680	100,00
Garça	Gália	800	22,91
	Marília	763	21,85
	Vera Cruz	984	28,18
	Outros Municípios	945	27,06
	Total	3.492	100,00
Júlio de Mesquita	Álvaro de Carvalho	92	14,79
	Marília	301	48,39
	Outros Municípios	229	36,82
	Total	622	100,00
Lupércio	Gália	113	13,93
	Garça	208	25,65
	Marília	177	21,82
	Ocaucú	138	17,02
	Outros Municípios	175	21,58
	Total	811	100,00
Marília	Echaporã	863	15,36

Continuação

DESTINO	MUNICÍPIOS		Continuação
	ORIGEM	VALOR ABSOLUTO	(%)
	Garça	1.009	17,96
	Pompéia	799	14,22
	Vera Cruz	909	16,18
	Outros Municípios	2.039	36,29
	Total	5.619	100,00
Ocaúçu	Lupércio	107	13,84
	Marília	452	58,47
	Outros Municípios	214	27,68
	Total	773	100,00
Oriente	Marília	495	58,79
	Pompéia	241	28,62
	Outros Municípios	106	12,59
	Total	842	100,00
Oscar Bressane	Echaporã	32	22,54
	Garça	24	16,90
	Marília	86	60,56
	Outros Municípios	0	0,00
	Total	142	100,00
Pompéia	Garça	78	9,86
	Marília	435	54,99
	Oriente	199	25,16
	Outros Municípios	79	9,99
	Total	791	100,00
Vera Cruz	Garça	687	35,49
	Marília	938	48,45
	Outros Municípios	311	16,06
	Total	1.936	100,00

Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 1980. Tabulações Especiais (1991). Fundação SEADE.

Nos anos 80, o saldo migratório da RG de Marília continuou negativo, porém menor que o dos anos 70, em torno de 9 mil pessoas. O Município de Marília foi o único a exibir saldo positivo, superior a 12 mil pessoas (Tabela 8).

TABELA 8 – Evolução da população total por Município segundo seus componentes - Região de Governo de Marília - 1980/1991

MUNICÍPIOS	CRESCIMENTO ABSOLUTO 1980/91	SALDO	
		VEGET.	MIGRAT.
Álvaro Carvalho	-791	388	-1.179
Alvinlândia	-924	463	-1.387
Echaporã	619	1.243	-624
Gália	-1.301	1.516	-2.817
Garça	1.437	7.657	-6.220
Júlio Mesquita	-735	828	-1.563
Lupércio	570	805	-235
Marília	39.098	26.337	12.761
Ocaucú	-536	831	-1.367
Oriente	326	1.616	-1.288
Oscar Bressane	-534	493	-1.027
Pompéia	938	3.321	-2.383
Vera Cruz	-402	1.774	-2.176
TOTAL	37.767	47.271	-9.504

Fonte: Fundação SEADE (1993).

"[...] o Município de Marília, tem funcionado não só como um polo atrativo em comércio, educação e saúde, para os distintos municípios da Região, como também de empregos dado a falência que a agricultura vem sofrendo na Região" (Secretaria de Finanças - Garça).

"[...] Marília está inchando de uma forma desorganizada, está cada vez mais solidificando sua característica de polo, e tudo isto é porque a agricultura está decadente e não se consegue mais fixar o homem na terra" (Secretaria de Planejamento - Marília).

PESQUISA DE CAMPO

Aspectos Metodológicos

Através de entrevistas institucionais realizadas em alguns dos municípios que compõem a Região de Governo de Marília, buscou-se observar se a tendência registrada na década de 70 de evasão populacional havia se mantido ou se a Região teria apresentado nova tendência nos anos 80. Nesse sentido, tornou-se objetivo principal avaliar o papel desempenhado pela migração, bem como o impacto da crise econômica nestes onze anos para a compreensão da dinâmica econômica e social da Região.

A escolha dos municípios foi motivada, primeiramente, pelas taxas de crescimento apresentadas no período 1980/91 e pela influência e importância do município no contexto regional. Buscou-se selecionar municípios que representassem distintos setores da economia.

O Município de Marília, constituindo a sede da Região de Governo, já demonstra sua importância em um trabalho como este. Os demais municípios escolhidos - principalmente mediante ajuda do Escritório Regional de Integração de Marília - foram Echaporã, Garça e Vera Cruz.

Echaporã foi selecionado não somente por ter apresentado uma taxa de crescimento positiva nestes últimos anos, ao contrário de décadas anteriores, mas principalmente por ser o Município de maior renda *per capita* da Região, consequência da instalação na área da Granja Mizumoto.

O Município de Garça, por sua vez, tem desempenhado um papel regional fundamental, funcionando como um subpolo de atração populacional, com fluxos provenientes dos municípios menores que compõem esta Região.

Outra tendência bastante observada na Região é a evasão da população de áreas eminentemente agrícolas em direção a centros mais desenvolvidos e urbanizados. Nesse sentido, o Município de Vera Cruz é um exemplo extremamente ilustrativo, principalmente pelo fato de estar "perdendo" população desde a década de 70, comportamento diretamente influenciado pela proximidade com municípios mais dinâmicos e com maior capacidade de absorção de mão-de-obra. Vera Cruz também é um Município representativo no que tange a migração pendular; aliás, movimento bastante característico da Região como um todo.

Região de Governo de Marília: agropecuária diversificada e indústria incipiente

A Região de Governo de Marília vem mantendo a participação de sua população relativamente estável no total populacional da Região Administrativa nas duas últimas décadas, em torno de 35%, seguindo, portanto, a tendência de maior concentração de população regional (Tabela 9).

As taxas de crescimento populacional das RGs, que compõem a Região Administrativa de Marília no período 1980/91, apresentaram-se superiores às verificadas no período 1970/80, com exceção de Tupã. Esse crescimento populacional da RA em seu conjunto, que passou de uma taxa de 0,26% a.a., no período 1970/80, para 1,34% a.a., nos anos 80, pode estar relacionado aos avanços obtidos na agricultura regional nas últimas décadas, com a introdução, já nos anos 70, da soja, do trigo e da fruticultura, além da atividade pecuária. Recentemente, a cana-de-açúcar tem tido grande expressão no contexto econômico regional, assumindo a posição de lavoura mais importante em termos de área e de valor de produção, particularmente na Região de Governo de Marília (mais especificamente nos municípios de Oriente, Echaporã e Marília) e na RG de Ourinhos (nos municípios de Ourinhos, Santa Cruz do Rio Pardo e

Paraguai Paulista).

TABELA 9 – Evolução da população, segundo Regiões de Governo Região Administrativa de 1970 a 1991

REGIÕES	POPULAÇÃO TOTAL			POPULAÇÃO RELATIVA			PARTICIPAÇÃO RELATIVA NO TOTAL POPULACIONAL DO INTERIOR (%)			TAXAS DE CRESCIMENTO POPULACIONAL ANUAL (%)	
	1970	1980	1991	1970	1980	1991	1970	1980	1991	1970/80	1980/91
RA de Marília	663.267	680.878	788.673	100,00	100,00	100,00	6,89	5,46	4,89	0,26	1,34
RG Marília	220.826	236.708	274.475	33,29	34,77	34,80	2,29	1,90	1,70	0,70	1,35
RG Ourinhos	148.973	149.586	176.009	22,46	21,97	22,31	1,55	1,20	1,09	0,04	1,49
RG Assis	164.380	159.251	198.845	24,78	23,39	25,21	1,71	1,28	1,23	-0,32	2,04
RG Tupã	129.088	135.333	139.344	19,46	19,88	17,67	1,34	1,09	0,86	0,47	0,27

Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1970 e 1980. Resultados Preliminares do Censo Demográfico de 1991.

Além disso, as áreas destinadas a pastagens da Região Administrativa de Marília reduziram-se, passando de 57,1% do total da área agrícola regional, em 1970/72, para 49,8%, em 1987/89. Apesar desse decréscimo, essas áreas de pastagens mantiveram-se como as mais extensas, seguidas de muito longe daquelas ocupadas pela cana-de-açúcar, soja e trigo. Os maiores rebanhos da Região localizam-se nas RGs de Tupã e Ourinhos, onde nos últimos anos ampliou-se a adoção do sistema de confinamento, e a utilização de ordenha mecânica (LEME, 1992).

A Região de Governo de Marília detém o cultivo do café, que apesar de ter reduzida sua área plantada, vivenciou um processo de renovação nos anos 80, com adoção de novas técnicas e melhor aproveitamento do solo, resultando em ganhos de produtividade e melhoria na qualidade do produto. Esta RG constitui a terceira maior produtora estadual em número de plantas, destacando-se os municípios de Garça, Pompéia e Marília.

"[...] o amparo maior do Município de Garça ainda é o café" (Prefeitura de Garça).

Um outro produto de grande importância regional é o amendoim que, tal como outros produtos (algodão e milho), sofreu uma perda de área cultivada nas duas últimas décadas. Mesmo assim, a RG de Marília continua sendo a maior produtora, sobretudo os municípios de Marília e Pompéia. O milho também constitui importante cultura agrícola regional é encontrado nos municípios de Marília, Garça e Pompéia. Outras duas culturas expressivas na Região, em termos de participação na área estadual, são o trigo e a mandioca.

"[...] a tendência da pequena propriedade é desaparecer, já que o crédito agrícola a cada dia é mais difícil para os agricultores. [...] Garça é ainda um dos poucos municípios que sobrevive, mesmo com dificuldades do café. Nos demais municípios que tinham sua economia totalmente dependente da agricultura, foi um caos, muita gente foi embora" (DIRA/Marília).

A presença crescente da fruticultura na área, como a melancia, maracujá, banana e abacaxi, tem contribuído também para esse processo de diversificação agrícola regional, assim como a introdução recente da plantação de seringueiras, principalmente em Garça, Lupércio e Oriente, substituindo pastagens e velhos cafezais.

"[...] nos municípios de Alvinlândia, Lupércio e Álvaro de Carvalho, predomina a produção de café e seringueiras, já em Echaporã, Oscar Bressane e Júlio Mesquita é mais diversificado, tanto tem café, como pecuária e melancia" (Casa da Agricultura - Echaporã).

Além desses, o fio de seda produzido é responsável por 80% da produção estadual, principalmente no Município de Gália. *"Uma única empresa, a Kobbes do Brasil, produz mensalmente cerca de 12 toneladas de fio de seda, exportando a quase totalidade"* (LEME, 1992, p. 32).

A avicultura na Região também experimentou enorme crescimento no final dos anos 80, particularmente em Echaporã, que sedia a Granja Mizumoto, maior empresa e maior empregador do Município, o que justifica o expressivo crescimento populacional ocorrido no Município na última década.

"[...] Echaporã apresenta a melhor renda per capita da região, o motivo é a Granja, o impulso dado ao Município veio dela" (Prefeitura de Echaporã).

O Município de Echaporã conta com quase 90% de suas áreas destinadas à pecuária. O café por sua vez, apresenta-se como uma cultura decadente. A plantação de melancia também deve ser considerada, porém, não como cultura permanente e sim como cultura alternativa, devido ao seu papel de formadora de pastagens para a pecuária.

De acordo com Leme (1992, p. 34), *"os dados sobre área e produção demonstram que a Região seguiu um movimento de especialização característico do desenvolvimento agrícola do Estado de São Paulo, com intensificação do uso do solo e maior tecnificação da atividade"*.

Segundo o autor, dadas as características das atividades agrícolas regional (modernas e tecnificadas) não foi possível promover a retenção da população rural e nem sequer reverter o processo de emigração da Região.

"[...] a mecanização foi expulsando a população, reduzindo seus custos e liberando mão-de-obra" (Secretaria de Planejamento/Marília).

No entanto, essas atividades podem ter contribuído para a expansão do setor terciário da economia, sobretudo em Marília. Se, de fato, não foi possível a absorção da população no meio rural, por outro lado, boa parte desse êxodo rural teve como destino os centros urbanos regionais, contribuindo para que a Região registrasse, nos anos 80, volume emigratório menor que em décadas passadas, como já apontado.

Essa maior concentração da população em áreas urbanas reflete também o processo de industrialização regional que, embora incipiente, tem na RG de Marília a indústria mais diversificada no contexto da Região Administrativa de Marília.

"[...] a proximidade com a RG de Bauru tem funcionado como uma barreira ao crescimento industrial de Marília; qualquer empresa acaba ficando em Bauru por ser uma porção mais central do Estado, sobra muito pouco para nós aqui" (ERI/Marília).

"[...] as indústrias de Marília na maior parte não vêm de fora, elas são geradas aqui mesmo no próprio Município" (DIRA/Marília).

Embora com níveis de crescimento bem abaixo da média estadual, a indústria presente na RG de Marília tem possibilitado a expansão do setor secundário regional. A partir dos anos 70, a indústria da Região diversificou-se com a presença de segmentos compostos por empresas que produzem também para o mercado externo.

Para o conjunto da Região Administrativa de Marília, verificou-se na primeira metade dos anos 80, um aumento de 13,7% em números de postos de trabalho enquanto que, para o Estado, assistiu-se a uma diminuição neste número, em torno de 5,7% (LEME, 1992). As características do setor secundário regional permitiu que a RG sofresse menor impacto da forte recessão do início dos anos 80, se comparados ao que se passou na Região Metropolitana de São Paulo e nas áreas mais dinâmicas do Interior.

"[...] é normal que a RG de Marília tenha se destacado das demais, afinal tivemos aqui uma mudança da atividade eminentemente agrícola, para o surgimento de um setor industrial e de prestação de serviços" (ERI/Marília).

A indústria localizada na RG de Marília está particularmente concentrada nos municípios de Marília, Pompéia e Garça. Nos últimos anos, observa-se o crescimento da indústria de bens

intermediários, em especial o ramo metalúrgico (que de 3,7% passou para 22,9%). Em Pompéia destacam-se os ramos mecânico e material plástico e em Garça, a indústria está mais voltada para a base agrícola: alimentação, bebidas, móveis e também para a produção de máquinas de beneficiamento de café⁶.

"[...] só o Município de Marília conta com um parque industrial, mesmo que ele seja incipiente, isto atrai muita gente dos municípios vizinhos; pode-se dizer que, hoje, aqui há um equilíbrio entre serviços e comércio" (Prefeitura de Marília).

Quanto ao setor terciário da RG de Marília, este vem sendo diversificado, ampliando-se a rede de serviços e de comércio e a própria rede pública de serviços urbanos. Esse processo tem se concentrado nos principais centros regionais. De acordo com o estudo Regiões Homogêneas: um estudo dos perfis ocupacionais do Interior (FUNDAÇÃO SEADE, 1988), a Região de Marília encontra-se na categoria, onde predomina a PEA inserida em atividades agropecuárias e prestação de serviços.

"[...] a RG de Marília em relação às demais RGs da Região Administrativa, é um centro polarizador principalmente dos serviços de saúde e educação" (Secretaria de Planejamento/Marília).

A estrutura urbana regional é marcada pela polarização da cidade de Marília, rodeada por pequenos aglomerados urbanos de pouca expressão; é o caso do Município de Vera Cruz, cuja principal atividade é a agropecuária. Este Município registrou nas últimas décadas diminuição de sua população, influenciada por fatores como: o êxodo rural, que se destinou à outras regiões, e a falência das poucas indústrias existentes, refletindo, mais uma vez, os escassos investimentos destinados ao Município. Nesse sentido, sem condições de absorção e manutenção da população jovem, esta acaba se dirigindo para centros urbanos mais dinâmicos, como Marília e Bauru, e lá permanece.

De acordo com o estudo **Diagnóstico Regional - Marília (1990)**, a área é composta por um *núcleo primário*, formado pela cidade de Marília.

"[...] Marília centraliza boa parte das necessidades de comércio, serviços e educação na Região" (Candidato a Prefeito).

⁶ Veja-se Zimmermann (1991) e Leme (1992) para uma análise mais detalhada do setor industrial da Região.

O *núcleo secundário* é formado por Garça, Pompéia e Vera Cruz; municípios dotados de relativa estabilidade econômica, que têm como atividade principal a agricultura, apresentando um certo grau de desenvolvimento das atividades urbanas. Vale destacar que Vera Cruz tem se constituído, particularmente nos anos 80, como cidade-dormitório de Marília, reforçando o papel polarizador do Município-sede em termos de comércio, saúde e prestação de serviços.

"[...] Vera Cruz é cidade-dormitório de Marília, por isso os políticos da cidade querem criar um parque industrial para manter o pessoal por aqui" (Secretaria de Finanças - Vera Cruz).

Os demais municípios da área compõem o *núcleo terciário* da Região, que se caracteriza por desempenhar funções urbanas do tipo primário ou essencial, no entanto, restritas ao âmbito municipal.

"[...] aqui em Echaporã nós não temos opções, por exemplo, de comércio, supermercado. Nós só temos um armazém grande" (Casa da Agricultura).

De fato, pôde-se observar que a dinâmica regional é notadamente marcada pelo Município-sede, ao contrário de outras regiões do Estado onde se verifica uma inter-relação forte e, certa convivência, entre distintas dinâmicas municipais (SOUZA, 1992). No caso da RG de Marília, a centralização do Município-sede ocorre em função da presença de atividades econômicas mais diversificadas que reforçam seu papel polarizador, em detrimento dos demais municípios (à exceção de Garça), uma vez que estes ainda dependem da agricultura como sua principal fonte de arrecadação.

Característica marcante na Região, na última década, foi o avanço em seu processo de urbanização, em decorrência da continuidade do êxodo rural. É importante ressaltar que, diferentemente de outras décadas, boa parte desse êxodo rural foi absorvido pelos próprios centros urbanos locais. Nesse novo contexto urbano, surgiram novas modalidades migratórias, como é o caso da migração pendular (de funcionários públicos e prestadores de serviços, bem como de bóias-frias) e da migração urbana-urbana dentro da própria Região.

REFERÊNCIAS

- BUSSAB, W.O. et al. **Perfil da indústria no Interior do Estado de São Paulo**. São Paulo, SP: Fundação SEADE, 1987.
- CANO, W. (Coord.). **Processo de interiorização da indústria paulista**. São Paulo, SP: Fundação SEADE, 1988.
- CUNHA, J. M. P.; RODRIGUES, I. Processos migratórios: uma perspectiva regional. **Revista São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, SP, v. 3, n. 3, p. 60-68, 1989.
- ESCRITÓRIO REGIONAL DE PLANEJAMENTO DE MARÍLIA. **Diagnóstico Regional de Marília**. São Paulo, SP: Secretaria de Economia e Planejamento, 1991.
- FUNDAÇÃO SEADE. **O novo retrato de São Paulo**. São Paulo, SP, 1993.
- INFORME DEMOGRÁFICO. **Migração no Interior do Estado de São Paulo**. São Paulo, SP, n. 23, 1990.
- LEME, H. **Urbanização e metropolização no Estado de São Paulo: desafios de política urbana**. Campinas, SP: Conv. SPG/FECAMP, 1992. (Região de Marília. Relatório D.5.2. da pesquisa).
- MAIA, P. B. **Migração no Interior do Estado de São Paulo: Região de Governo de Marília**. São Paulo, SP: Fundação SEADE, 1992. (Relatório de Bolsista de Aperfeiçoamento – CNPq) (Mimeo).
- MARTINE, G. **Processos recentes de concentração e desconcentração urbana no Brasil: determinantes e implicações**. Brasília, DF: Instituto SPN, 1992. (Documento de Trabalho, n. 11).
- MILLIET, S. **Roteiro do café e outros ensaios**. São Paulo, SP, v. XXV, 1941. (Coleção Departamento de Cultura,).
- MULLER, G. **A dinâmica da agricultura paulista**. São Paulo, SP: Fundação SEADE, v. 2, 1985. (Série São Paulo 80).
- REGIÃO Administrativa de Marília. São Paulo, SP: Secretaria de Economia e Planejamento - SEPLAN, 1973. (Diagnóstico, n. 11).
- RODRIGUES, R. N.; GIRALDELLI, B. W. **Região de Marília: capitalização do campo e expulsão da população**. São Paulo, SP: Fundação SEADE, 1983. (Análise Demográfica Regional).
- SÃO PAULO EM EXAME. **Região de Governo de Marília**. São Paulo, SP: Coordenadoria de Ação Regional/CAR/SEP, 1990.
- SOUZA, M. R. Migração em São Paulo 3. Região de Governo de Sorocaba. **Textos NEPO 24**, Campinas, SP, 1992.
- ZIMMERMANN, G. A Região Administrativa de Marília. In: FUNDAÇÃO SEADE. **São Paulo no Limiar do Século XXI**. São Paulo, SP, 1992.

ANEXOS I

INSTITUIÇÕES ENTREVISTADAS

MARÍLIA

Escritório Regional de Integração - ERI
Divisão Regional de Agricultura - DIRA
Secretaria de Planejamento da Prefeitura Municipal de Marília

GARÇA

Prefeitura Municipal de Garça - Assessoria
Secretaria de Saúde
Secretaria de Finanças

VERA CRUZ

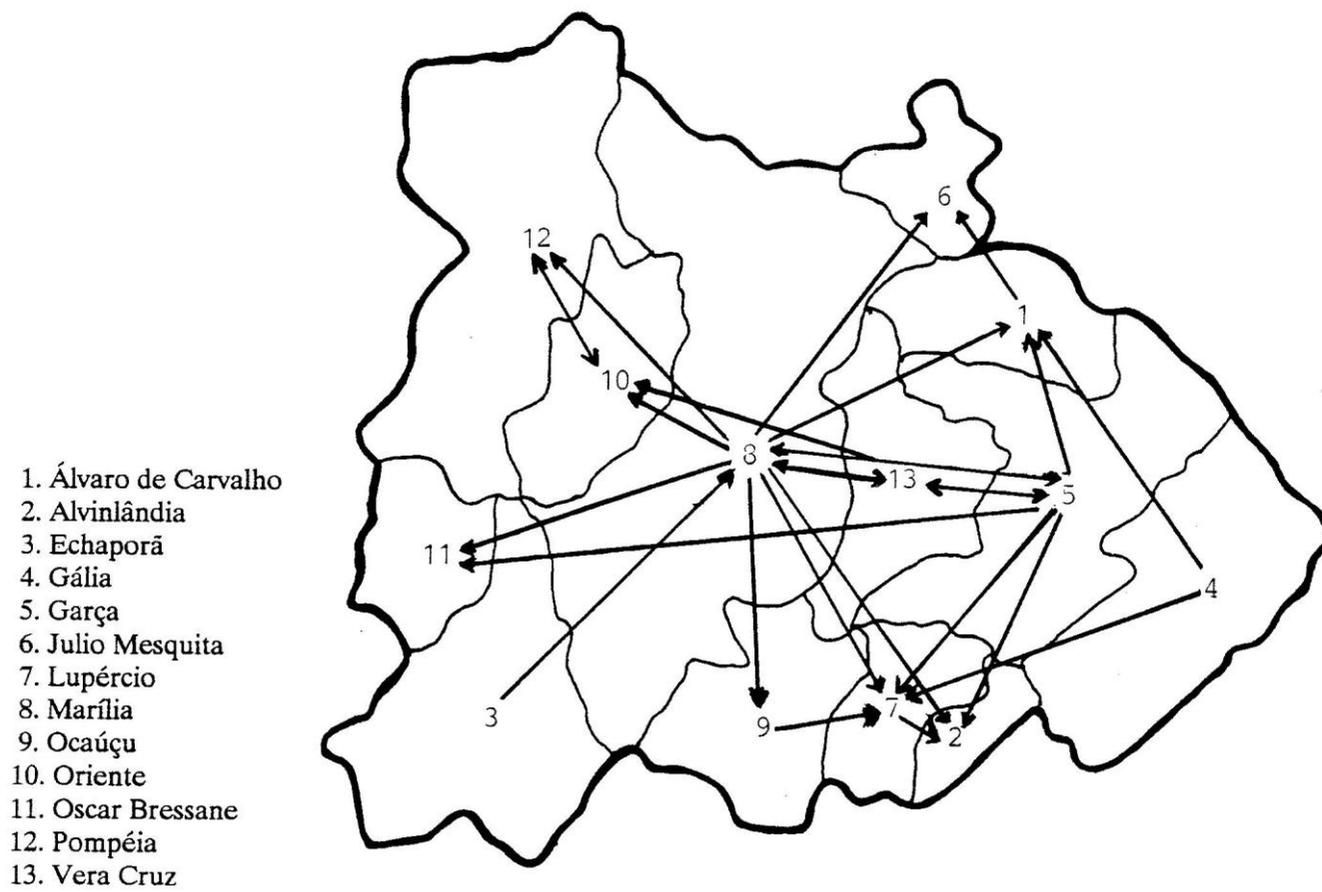
Prefeitura Municipal de Vera Cruz - Secretaria de Administração e Finanças

ECHAPORÃ

Prefeitura Municipal de Echaporã
Casa da Agricultura do Município de Echaporã.

ANEXO II

MAPA 1 – Trocas populacionais intra-regionais - Região de Governo de Marília 1970/1980



Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 1980. Tabulações Especiais. Fundação SEADE - 1990.